



Anais da Assembléia

Nº 37

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1.989
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, secretariada pelos Srs. Deputados Nilton Barbosa e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Antônio Costenaro Neto e Rafael Greca (03). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Eduardo Baggio, Ezekias Losso e Luiz Alberto Oliveira (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Pirajá Ferreira) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Pirajá Ferreira) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Pirajá Ferreira) Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, tendo em vista, que aparentemente nós temos a presença de apenas 7 Deputados no Plenário, eu requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Pirajá Ferreira) Esta Presidência defere, e irá proceder à verificação de votação da Ata.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Pirajá Ferreira) O Sr. Basílio Zanusso com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, antes que Vossa Excelência determine a verificação de quorum, eu queria em nome da Bancada do PFL desta Casa, registrar com satisfação e particular alegria até a presença da Deputada Sandra Cavalcanti do PFL do Rio de Janeiro, candidata nas prévias que o Partido realizará no dia 21 domingo próximo, como candidata do Partido, além dos ilustres e eminentes brasileiros Aureliano Chaves, Marco Maciel nas prévias para Presidente da República.

Deve chegar dentro de poucos minutos a esta Casa, a ilustre Deputada que presta um relevante serviço à democracia do Brasil, a exemplo do que faz ao longo de mais ou menos três décadas de vida política no Brasil. Nós sabemos que a Deputada não só no Estado do Rio, como Deputada Estadual, nos cargos importantes que usou na função pública, mas agora como Deputada Federal tem se apresentado ao Brasil com competência e posição pessoais a exemplo do que faz agora decidindo-se concorrer com Marco Maciel e Aureliano a indicação do Partido à Presidência da República.

Portanto, a nossa Bancada e eu pessoalmente, nos sentimos gratificados com a presença dessa ilustre brasileira como disse nesse período que antecede a definição dos Partidos para a futura eleição de Presidente da República.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Pirajá Ferreira) Esta Presidência defere, e o Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Nilton Barbosa)
(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)
(É interrompida a chamada nominal).

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Senhor Presidente, eu dispenso a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Pirajá Ferreira) Verificação de votação.

21 Senhores Deputados aprovam a presente Ata.

Nenhum Deputado rejeita. Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o n. 363/89, do Senhor ANTONIO FERREIRA RUPPEL - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o qual encaminha a este Poder Legislativo Anteprojeto de Lei, que concede verba de representação aos servidores efetivos daquele Tribunal, ocupantes dos cargos de Técnico de Controle e Consultor Técnico. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei n. 275/88, que declara de Utilidade Pública da Associação Nacional Anti-Drogas, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 010/89.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência às Mensagens Governamentais de ns. 52 e 53/89.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 895

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao seguinte projeto de resolução: Projeto de Resolução n. 005/89 - de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que proíbe o provimento de cargos em Comissão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por parentes de Parlamentares.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 914

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 83/89, que altera a redação do art. 15, da Lei Estadual Complementar n. 27/86, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n. 12/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, 17.05.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento da discussão e votação, dos Projetos de Lei ns. 81 e 91/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ISAAC ARGEMIRO, pessoa de tradicional família de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada através de sua irmã Senhora Alzira Montanha, residente à rua Quintino Bocaiúva, s/nº, centro, Município de Campo Largo, CEP. 83.600.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) ACYR MEZZADRI

REQUERIMENTO Nº 910

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia, a inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pela instalação, no último dia 15, da "Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais.

A instalação de uma promotoria pública no Paraná para garantir direitos de cidadania assegurados na Constituição Federal, virá em muito contribuir para que o Governo Álvaro Dias possa demonstrar sua preocupação com a população de baixa renda e com a necessidade de se reduzir a criminalidade. Objetivos estes alcançados graças a capacidade, esforço e dedicação do promotor Geral do Estado, Dr. Luiz Chemim Guimarães.

A medida é pioneira e coloca o Paraná como o primeiro Estado a cumprir a Constituição na disposição de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses individuais, além de zelar pelo respeito dos poderes e serviço público aos direitos assegurados.

Requer, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias e ao Dr. Luiz Chemim Guimarães, Digníssimo Procurador Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 17.05.89

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho de seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER, a Vossa Excelência, após consultado o Plenário, voto de Congratulações ao Clube de Diretores Lojistas (CDL) de Cascavel, na pessoa de seu presidente, Senhor Pedro Rempel, extensivo aos demais componentes da Diretoria e associados, pela posse da nova Diretoria realizada em 12 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O Clube dos Diretores Lojistas de Cascavel-Pr, ao par da ingente contribuição que tem oferecido ao importante segmento econômico que representa, tem se dedicado a toda a espécie de movimento social que perspective o desenvolvimento sócio-econômico dos munícipes e do Município.

Esta, sobranceiramente, é a oportunidade de transmitir-lhe, de público, o reconhecimento meritoso de todo o seu complexo de atividades dirigido, multifacetadamente, reprise-se, ao engrandecimento da gente de Cascavel-Pr.

REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção, em Ata dos trabalhos deste Poder, de Votos de Congratulações ao Jornal Correio de Notícias pela comemoração do quinto ano de circulação ininterrupta.

Durante esses cinco anos, através do jornal Correio de Notícias, a população paranaense tem convivido, diariamente, com a informação séria, precisa, coerente e verdadeira.

Veículo de comunicação cujas principais características - a imparcialidade e a correção - alcançaram índices surpreendentes de respeitabilidade e credibilidade, junto à população, "Correio de Notícias" tem feito, nesse período de circulação, além da simples transmissão da informação, análises lúcidas e extremamente próprias, nos mais diversos aspectos.

O registro jornalístico sério, desenvolvido pelo importante periódico paranaense, tem sido de grande valia para o registro histórico e, sobretudo, para a informação correta à população paranaense. Que estes cumprimentos do Poder Legislativo representem os cumprimentos do povo do Paraná, cuja acolhida, diária, ao Correio de Notícias, tem sido fraterna e sincera.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO Nº 856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado um voto de louvor à Primeira Igreja Batista de Curitiba, que no dia 13 de maio corrente, comemorou os seus 75 anos de expressiva atividade.

Requer, ainda, que da decisão sejam informados os dirigentes da Primeira Igreja Batista de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Fundada há 75 anos em 13 de maio de 1914, por Virgílio de Souza que inicialmente reunia em sua própria casa em Paranaguá apenas dez membros, a Primeira Igreja Batista de Curitiba, divulgava o evangelho, ao mesmo tempo em que desenvolvia intensa atividade assistencial.

Fundamentada em sólidos princípios cristãos e humanitários seu crescimento foi uma consequência natural. Em várias localidades surgiram adeptos.

Hoje, reúnem-se na já construída sede social, no Batel, e a comunidade é composta por 1.200 membros.

A comemoração do seu Jubileu de Diamante trouxe o conferencista Hélio Schuartz Lima, da Igreja Batista de São Paulo que com muita propriedade reativou com suas palavras, os propósitos de fé e de caridade, elogiando o trabalho desenvolvido desde agosto passado, pelo jovem Pastor Paschoal Piragine Júnior, que tem dedicado o vigor dos seus 30 anos, à direção da Igreja e da sua comunidade.

Esse voto de louvor, deve ser interpretado como estímulo pela comunidade dessa grande obra cristã.

REQUERIMENTO N° 854

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de louvor ao jovem Município paranaense de Turvo, que comemora a passagem do seu sétimo aniversário.

Requer, ainda, que da decisão seja informado o Senhor Edgar Ricli, Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito bem como os Vereadores do Município e os membros do Diretório do Partido Liberal.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Com apenas sete anos de existência, turvo já contribui com uma considerável parcela de trabalho e produtividade, para o desenvolvimento do Estado.

Com uma economia primordialmente agrícola formada por pequenos e médios agricultores, a produção de milho e soja tem sido significativa.

Seu crescimento tem sido ordenado e embasado numa boa estrutura, contando hoje com quatro mini postos de saúde, e escolas bem conservadas e eficientes em número suficiente para atender à demanda da clientela infantil.

Pelo trabalho da sua gente, Turvo se constitui num exemplo de dinamismo e energia que merece ser registrado.

REQUERIMENTO N° 862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, manifestando os nossos votos de congratulações e desejo de uma gestão profícua aos novos Diretores eleitos da Associação dos Hospitais do Estado do Paraná e Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Paraná, cujas posses realizar-se-ão no próximo dia 19 do corrente mês.

1. Senhor ARIIVALDO DE MELLO ARANTES, Presidente da Associação dos Hospitais do Estado do Paraná.

2. Senhor JOSÉ FRANCISCO SCHIAVON, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, manifestando os nossos votos de congratulações e desejo de uma gestão profícua aos Senhores Angelo Sebastião Andrade e Ivan Ferreira da Cruz, empossados no último dia 19 de abril do corrente ano na Diretoria e Vice-Diretoria respectivamente daquela Fundação.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 870

SÚMULA: Requer envio de cumprimentos à primeira Igreja Batista de Curitiba, pela comemoração do seu jubileu de Diamante.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente enviando cumprimentos pela comemoração do seu Jubileu de Diamante, no último dia 13 de maio próximo passado.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 885

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulação ao Cel: QOPM JOSÉ BONIFÁCIO MARCONDES BAPTISTA, Digno ex-

-Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná, pela sua brilhante atuação, a frente de tão importante função.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) RAUL LOPES

Apoiamento: Namir Piacentini, David Cheriegate, João Arruda, Pedro Tonelli, Nereu Carlos Massignan, Antônio Bárbara, Algaci Túlio, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulo Furiatti, Valderi Mendes Vilela, Nestor Baptista, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O Cel. Baptista, atendendo as expectativa da Tropa Policial Militar, a qual encontrava-se sedenta de informações sobre o processo Constituinte Paranaense, atendeu à uma solicitação deste Parlamentar no sentido de expedir através da Rede Particular de Telex (Reperte) da PMPR um documento assinado por este Deputado, no qual foram transcritas as informações prestadas por escrito à chefia do Estado Maior.

Oficial da mais alta estirpe, competente, preparado imbuído das melhores intenções, está hoje impossibilitado de continuar contribuindo para o sucesso da Segurança Pública, face seu afastamento da Chefia do Estado Maior da Corporação.

Lamentamos, pois!

REQUERIMENTO N° 886

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam registrados nos Anais desta Casa bem como enviado ofício ao Comando Geral da Polícia Militar, com congratulações pelo transcurso do dia do Patrono da Polícia Militar - Cel. JOAQUIM ANTÔNIO DE MORAES SARMENTO.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, Votos de Congratulações, e manifestações de regozijo, pela data que assinala a 26 de maio em curso as comemorações alusivas ao Jubileu de Prata, da Escola Estadual Presidente Kennedy - Ensino de 1° Grau Regular e Supletivo", de Ponta Grossa, expressões essas que atribui a pessoa do Professor Jacob Ribeiro, Diretor ao Corpo Docente e Discente, daquele estabelecimento de Ensino.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência àquela Direção, no seguinte endereço: Avenida Anita Garibaldi, 150- Ponta Grossa- Pr.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉZAR
JUSTIFICATIVA:

Ensejando a data em que esse renomado segmento do ensino paranaense comemora o seu Jubileu de Prata, não poderíamos deixar de registrar nesta Casa de Leis um pouco de sua história e expressar o nosso profundo reconhecimento pela significativa contribuição emprestada ao longo desses anos, evidenciados pelos altos propósitos que nortearam as suas administrações, cujos feitos são o resultado do esforço, dedicação e do trabalho de profissionais que, a exemplo do Professor Jacob Ribeiro, seu Diretor, fizeram dessa Instituição de Ensino, o instrumento do saber e de novos horizontes para aqueles que por ele tiveram o privilégio de passar.

Criada pelo Decreto n° 5.703, de 27 de dezembro de 1961, a Escola Estadual Presidente Kennedy- Ensino de 1° Grau Regular e Supletivo recebeu como primeira denominação "Ginásio Industrial Estadual de Ponta Grossa". No mês de abril de 1964, iniciou suas atividades educacionais com três turmas 1ªs séries, num total de 104 alunos matriculados.

Teve como organizador e, logo após seu primeiro Diretor e Professor Daniel Albach Tavares que exerceu esta função até o ano de 1969. Os Professores fundadores e os primeiros a lecionar naquele estabelecimento de ensino totalizavam em 10, além de 3 funcionários da Secretaria, 2 Inspectores de alunos e 4 serventes.

Assim, com esta estrutura, no dia 1° de março de 1966, começou a funcionar o Ginásio, no período noturno, porém apenas para o sexo masculino, entre outras razões pela distância em que estava situado.

O seu segundo Diretor foi o Professor Rolf Gunther Hatschabach Loose, permanecendo na função de 19 de maio de 1969 até o mês de abril de 1981, afastando-se para assumir o Colégio Augusto Ribas- Ensino de 2° Grau.

Após foi designado como seu Diretor Professor José Carlos Borsato que permaneceu no cargo de 1981 a 1986, e, posteriormente a Professora Geluk Lima Vargas, de 1986 a 1987.

Atualmente vem exercendo essa função o Professor Jacob Ribeiro, cuja gestão tem sido exemplo de trabalho, dedicação e honestidade a par de indubitável capacidade profissional de que é possuidor a pessoa do Professor Jacob.

A Escola Estadual Presidente Kennedy, conta hoje em seu Corpo Docente com 54 professores, além de 25 funcionários e 1.459 alunos matriculados, sendo a única Escola da Rede Estadual que possui o Ensino Supletivo FASE II.

A Escola possui um Diretor Auxiliar, função que é exercida pelo Professor Horst

Schnepper além de Coordenadores de Área, a saber: Coordenador Pedagógico da Disciplina da Língua Portuguesa, o Professor José Carlos Palmato Loyola; Coordenador Pedagógico na Disciplina de Matemática, o Professor Fernando Antônio Carvalho Teixeira; Coordenador Pedagógico na Disciplina de História e Organização Social e Política do Brasil, a Professora Ana Maria Guimarães Porto; na Coordenação Pedagógica na Disciplina de Geografia, o Professor Luiz José Carlos Bulyk e na Coordenação Pedagógica de Ciências, a Professora Denise de Freitas Leôni.

REQUERIMENTO N° 908

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual pelo PDT, que este subscreve, pede à Egrégia Assembléia, que faça votar e insira nos Anais da História do Povo Paranaense, menção de apreço e congratulações aos membros de Primeira Igreja Batista de Curitiba pela comemoração, no último dia 13 de maio, com culto solene, de seu Jubileu de Diamante, pelos 75 anos de expressiva atividade na divulgação do Evangelho de Jesus Cristo nesta Capital.

Faça-se isto na pessoa do reverendo pastor Paschoal- Piragine Júnior, no endereço da Igreja, à Avenida Batel, 1259 - Caixa Postal 1184.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO N° 909

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado do PDT, que este subscreve, pede à Egrégia Assembléia a inserção nos Anais de voto de congratulações e apreço à Dona Lourdes Santos Lima, 73 anos, curitibana, moradora da Rua Olavo Bilac, terapeuta das vias respiratórias, viúva do grande clínico médico Doutor Lysandro Santos Lima, pela conquista do campeonato mundial de natação, na categoria Masters, no Rio de Janeiro em abril deste ano.

Sala das Sessões, 17.05.89.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

A vitória da paranaense na Categoria de Masters de Natação reforça o estímulo aos esportes em nossa terra, e é exemplo de vida saudável e disposta. Dona Lourdes ganhou 3 medalhas de ouro e uma de prata no Campeonato Mundial de Natação, realizado no Rio de Janeiro mês passado.

Ao reconhecer-lhe os méritos, manifestando apreço, a Assembléia estará reconhecendo as possibilidades das pessoas de terceira idade fazerem história, e aplaudindo uma mulher notável, mãe, avó e esposa em plenitude.

REQUERIMENTO N° 853

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, o envio de apelo a Profa. Gilda Poli, DD. Secretária de Estado da Educação, pelo reinício, imediato, das obras na Escola Estadual Roberto Langer Júnior, localizada na Rua Pastor Antônio Polito, no Jardim Castelo Branco, nesta Capital.

Há muito que se faz necessária a construção de mais salas de aula na escola supra mencionada, a fim de atender-se a clientela local que, principalmente, nos últimos anos, elevou seu número em grande parte.

A superlotação das classes é prova disso. Entretanto, mais um ano letivo iniciou-se sem que se tenha tomado providências sérias a esse respeito.

Pelo contrário, a Secretaria de Estado da Educação autorizou e iniciou a construção de quatro (04) novas salas de aula na referida escola, visando adaptar o espaço físico ao número de crianças atendidas sendo que, inexplicavelmente, há dois meses, as obras foram paralisadas sem que a direção do Colégio tenha recebido qualquer tipo de esclarecimento.

Considerando-se a real necessidade da ampliação e o estágio, já conclusivo das obras, encaminhamos o presente apelo, objetivando sensibilizar a SEED a autorizar o reinício da construção.

Que da decisão desta Casa dê-se ciência à Direção e Associação de Pais e Mestres da escola em questão.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor ALVARO DIAS, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança, solicitando o empenho daquelas autoridades, a fim de que sejam determinadas providências para a concessão de viaturas para a Polícia Civil dos seguintes Municípios: Ipiranga (uma viatura); Ortigueira (uma viatura) e Ponta Grossa (duas viaturas), observando-se que estas últimas de Ponta Grossa, já foram objetos de solicitações anteriores.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A proposta que ora se apresenta, visa traduzir o apelo de lideranças políticas de Ipiranga, Ortigueira e Ponta Grossa,

municípios que a exemplo de tantos outros que integram o nosso Estado, enfrentam problemas comuns inerentes ao setor de segurança, em face do elevado índice de criminalidade que assola a região.

Isto nos confere uma responsabilidade maior perante a coletividade no que concerne a sua segurança, ao seu bem estar, e, como representante político, não poderíamos ficar omissos ao clamor daqueles que, exercendo um direito que lhes é facultado, vêm requerer das autoridades constituídas medidas que venham lhes assegurar tranquilidade de seus lares, a salvaguarda de suas famílias.

É com esse propósito que vimos firmar nosso veemente apelo para que aqueles órgãos de segurança em cada Município venha contar com toda estrutura para fazer face a demanda de serviços que se impõe a esse importante segmento do serviço público junto à comunidade.

REQUERIMENTO N° 869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ÁLVARO FERNANDES DIAS, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, RUBENS BUENO, solicitando sejam determinadas providências para a implantação do PROJETO GRALHA AZUL, no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora se submete à apreciação desta Casa tem por objetivo estender à comunidade de Tibagi os benefícios que o Projeto Gralha Azul vem proporcionando e dessa forma criar meios de mobilizar e motivar a população para a sua co-participação na busca de alternativas e soluções próprias para, em conjunto com o Governo desenvolver ações no sentido de resolver problemas que lhes são inerentes, de forma a atingir as suas aspirações e com isso, possibilitar uma melhor qualidade de vida a par do desenvolvimento do próprio Município.

É imbuído desse propósito que este Parlamentar vem contar com o apoio de seus Pares com assento nesta Casa, fim de que a comunidade do promissor Município de Tibagi, venha a ser atendida, concretizando, assim, mais esta aspiração.

REQUERIMENTO N° 871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja

enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS, Mui Digno Governador do Estado, solicitando gestões junto ao órgão competente, a fim de que viabilize, com a brevidade que o caso requer, a pavimentação asfáltica dos trechos a seguir: da BR-376 à Vista Alegre, passando por Caetezinho, no Município de Ortigueira; de Ipiranga a Ivaí e Trecho Guaragi, Município de Ponta Grossa a Teixeira Soares.

Solicita, outrossim, que as obras em questão sejam executadas por conta de recursos providos do Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná- PARANÁ RURAL, integrando assim aqueles Municípios nos benefícios e serviços prestados pelo Programa ao interior do Estado, a fim de propiciar-lhes com a pavimentação asfáltica proposta melhores condições de tráfego e, por consequência, de escoamento da sua produção, fator propenderante ao desenvolvimento sócio-econômico da região.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 873

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Odeni Mongruel, Secretário de Estado da Habitação, solicitando providências da COHAPAR para sanar problemas constatados no Conjunto Residencial Parque das Hortências, em Maringá, uma vez que as moradias vêm apresentando muitas rachaduras nos pisos e constantes vazamentos nas instalações de água.

Esta solicitação, tendo como representante o nobre Vereador Kazumi Taguchi, é das mais justas, pois, o conjunto residencial foi feito, como os demais, para famílias de baixa renda que não podem ter gastos grandiosos com moradias recém construídas.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 874

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando viabilizar a implantação do Projeto "Gralha Azul" no Município de Uniflor. Vale informar que o aludido processo encontra-se em tramitação na Secretaria do Trabalho.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 875

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário da Segurança Pública, solicitando providências quanto aos fatos citados no documento em anexo.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 896

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida viatura policial para a delegacia de Polícia Civil, no Município de Dois Vizinhos.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora e ao Jornal Tribuna Regional e aos demais jornais do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O município de Dois Vizinhos que hoje, tem mais de vinte e um mil habitantes. Sendo um dos mais populosos do Sudoeste do Estado do Paraná, sendo já uma cidade muito bem estruturada que conta com mais de trinta bairros, juntamente com as autoridades policiais do município, anseiam por viatura policial para que possam atender os anseios de sua população, na área de segurança pública. Pois, Dois Vizinhos confia no lema que tanto engrandece o Estado do Paraná, que prega aos paranaenses que: Polícia foi criada para servir e proteger!

A Secretaria de Estado da Segurança Pública, satisfatoriamente tem atendido tais comunidades com sua política avançada de segurança pública. Através deste confiamos os investimentos neste setor, faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

REQUERIMENTO N° 897

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito a reconstrução do posto de saúde para a comunidade de Cruzeiro do Iguaçu, no Município de Dois Vizinhos.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria de Estado da Saúde, dando-se ciência deste, ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL

e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora e ao Jornal Tribuna Regional e aos demais Jornais do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Cruzeiro do Iguaçu, situada no interior do município de Dois Vizinhos, já muito bem estruturada, contando com mais de cinco mil habitantes reivindicam e anseiam pela reconstrução do posto de saúde que, trará benefícios consideráveis para todos os que necessitam de um atendimento médico urgente, sem precisar se locomover ao município-base para as suas emergências, evitando às vezes, deslocamentos onerosos.

A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, satisfatoriamente tem atendido tais comunidades com sua política avançada de saúde. Através deste confiamos os investimentos neste setor, faz-nos crer na possibilidade de atendimento.

REQUERIMENTO N° 898

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito a construção urgente do prédio para o funcionamento do 2° grau, no município de Dois Vizinhos - PR.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria de Estado da Educação, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora e ao Jornal Tribuna Regional e aos demais jornais do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O município de Dois Vizinhos, um dos mais populosos do Sudoeste Paranaense, tem urgência em resolver a situação calamitosa em que se encontra o ensino de 2° grau, pois não existe na cidade, o prédio sede para que o ensino de 2° grau, venha ter seu endereço fixo. Os anseios da comunidade duovizinhense são os mais modestos no sentido de reivindicar para o seu povo, sua sociedade, além, do prédio do 2° grau, mais salas de aula em número suficiente para o turno noturno; biblioteca que atenda a demanda dos alunos que cursam o mesmo; sala própria para o corpo de professores, que irão ensinar, educar, orientar os alunos; cantina que possa atender os alunos que muitas vezes, vêm do interior do município, e necessitam que ela funcione, para que através dela venha alimentar-se e mesmo receber a merenda escolar. Este prédio deverá contar também com almoxarifado completo, e ainda salas para supervisão e

orientação escolar. O escritório Modelo deverá estar completo, contando com máquinas e equipamentos.

Os alunos que freqüentam esta fonte de saber, o 2º grau, de Dois Vizinhos, com certeza do mais pobre ao mais rico, todos têm o mesmo objetivo, que é: saciar sua sede de cultura.

A Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná, satisfatoriamente tem atendido tais municípios com sua política avançada de educação. Através deste, confiamos os investimentos neste setor, faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

REQUERIMENTO Nº 900

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício a FASPAR - Fundação de Ação Social do Estado do Paraná, solicitando a doação de pacotes de leite para alimentar as crianças carentes do município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato do município de Engenheiro Beltrão ser essencialmente agrícola, e em consequência disto abriga elevado número de "bóias-frias", que vivem em condições precárias, existindo uma carência bastante grande na área de alimentação, principalmente.

As agentes sociais do município não conseguem atenção de alimentos junto a comunidade, capaz de suprir todos os pedidos das pessoas carentes, que na maioria das vezes possuem crianças, que sequer contam com um litro de leite por dia.

REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício a FASPAR - Fundação de Ação Social do Estado do Paraná, solicitando a doação de cobertores e agasalhos para a A.P.M.I. e A.P.A.E. do Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação faz-se necessária em razão da proximidade do inverno que certamente trará grandes preocupações a A.P.M.I. e A.P.A.E. do Município de Engenheiro Beltrão, entidades estas que mantêm a Creche Pe. Leoní Pientik, com 120 crianças e o Abrigo de Menores São Vicente de Paula, com 11 crianças abandonadas, res-

pectivamente.

Atualmente ambas as entidades não dispõem de recursos suficientes para a aquisição de cobertores e agasalhos, itens estes que se não conseguidos trarão grandes sofrimentos, aos menores, no período do inverno.

REQUERIMENTO Nº 902

Senhor Presidente.

Regimentalmente, o Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de ofício ao excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, reivindicando a pavimentação asfáltica da Rua 27 de Dezembro e seu prolongamento num trecho de dois quilômetros, ligando a Avenida Presidente John Kennedy a BR - 369, estabelecendo um desvio para os veículos que se dirigem às rodovias Campo Mourão/Curitiba e Campo Mourão/Cascavel.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal pedido ao considerar-se os inúmeros problemas decorrentes da passagem de caminhões transportando cana-de-açúcar ao longo da Avenida Presidente John Kennedy e da Rua Miguel Luiz Pereira, com a queda de pedaços e bagaços, sujando as vias públicas citadas e entupindo o sistema de galerias pluviais.

Deve considerar-se ainda, que a pavimentação asfáltica das referidas vias, já apresenta sérios problemas de deteriorização, além de que, o tráfego pesado se faz em área densamente habitada, oferecendo sérios perigos à população, aumentando as possibilidades de atropelamento. Ao atender-se o solicitado, estes e outros problemas serão sanados, proporcionando condições viáveis para o transporte feito naquela região.

REQUERIMENTO Nº 903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Senhor Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná, reivindicando o cascalhamento de 18 quilômetros de estrada, ligando a localidade de Água Doce ao Distrito de Mato Rico, Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de atualmente este trecho de estrada citado, não dispõe de benefícios que o cascalhamento proporciona, fazendo com que os moradores daquela região, encontrem dificuldades para transportarem seus produtos

agrícolas, principalmente, sendo que em condições de chuva, a estrada fica praticamente intransitável, ocasionando prejuízos dos mais variados.

Como o Município de Pitanga não dispõe no momento de recursos para promover o cascalhamento, solicito apoio e empenho deste órgão para estudo e conseqüente atendimento de reivindicação.

REQUERIMENTO N° 904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, reivindicando a instalação de um Mini-Posto de Saúde, no Conjunto Habitacional Arnaldo Busato, Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Distante do Centro de Saúde, que fica localizado em outro extremo da cidade, o Conjunto Habitacional Arnaldo Busato, possui atualmente elevado número de famílias que constantemente necessitam de atendimentos médicos - odontológicos, bem como distribuição de remédios e vacinas.

Apesar de não poder arcar no momento, com a responsabilidade de implantação do Mini-Posto, por falta de recursos, a Prefeitura do referido Município se compromete a colocar à disposição, de imediato, uma sala da Escola existente na área, onde poderia funcionar provisoriamente, o Mini-Posto de Saúde.

Acreditando na viabilidade do pedido, peço apoio e empenho desta Secretaria, para o urgente atendimento do mesmo.

REQUERIMENTO N° 912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, manifestando a MOÇÃO DE APOIO desta Casa, aos empresários e trabalhadores que tiveram a iniciativa de lançar o movimento no dia 16 de maio do corrente ano, sob o título "RETORNO A PRODUÇÃO".

1. Presidente da Federação das Indústrias do Estado, Senhor JORGE ALOYSIO WEBER.

2. Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná, Senhor RUBENS ARMANDO BRUSTOLIM.

3. Presidente da Federação Paranaense da Agricultura, Senhor PAULO CARNEIRO RIBEIRO.

4. Presidente da Associação Comercial do Estado do Paraná, Senhor CARLOS ALBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de um abrigo para passageiros de ônibus, na PR-170, a 200 metros do Rio Jordão, Município de Guarapuava.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao Ilustríssimo Senhor Vereador Vilmar Luiz Turok, Líder da Bancada do PMDB da Câmara Municipal de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Justificamos tal pedido, pela necessidade urgente de um abrigo para as pessoas que residem nas proximidades e carecem do uso dos ônibus que transitam pela PR-170, ficando muitas vezes sujeitas as intempéries, principalmente nesta época do ano com a chegada do inverno.

REQUERIMENTO N° 916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Cultura, ao Embaixador da Espanha no Brasil e ao Ministério das Relações Exteriores-Itamaraty, a fim de que estes D.Ds. órgãos, dentro da esfera de suas competências, solicitem esclarecimentos junto ao alcaide de Barcelona, na pessoa de seu alcaide Pasqual Maragall, acerca da controvérsia que vem ocorrendo em torno da autoria da olimpíada cultural, da qual se intitula, aquele alcaide, Presidente.

Tais esclarecimentos devem-se ao fato de que, o projeto teve origem no Brasil e foi originalmente criado pelos paranaenses Jorge Brunetti Atta e Pabla Alessandra, que o registraram regularmente nos E.U.A. (Copyright 1984/85), o que assegurou-lhes de forma definitiva, os respectivos direitos autorais.

Não obstante tais fatos, o Comitê Organizador da Olimpíada Barcelona/92, por seu Presidente, lançou a OLIMPIADA CULTURAL nos mesmos moldes propostos pelos autores paranaenses como se autor do projeto fosse, repetindo propostas do projeto original, e indicando como seu presidente ilustre alcaide de Barcelona.

Diante de tais circunstâncias, é de se requerer esclarecimentos junto ao alcaide

de Barcelona quanto à criação e autoria do projeto alimite à "Olimpíada Cultural"; bem qual a justificativa que apresenta quanto como à participação dos brasileiros Jorge Brunetti e Pabla Alessandra, para o dito projeto, com o que restabelecer-se-ão integralmente os direitos de que são titulares e dos quais foram despojados pela atitude desmedida daquele alcaide, os brasileiros seus autores.

Ressalte-se que acima de quaisquer interesses personalistas paira a ética que deve nortear as ações dos indivíduos, das entidades e dos povos. Estamos assistindo a uma das maiores crises de ética já conhecida desde os primórdios da vida em nosso planeta.

Há que se recomençar, redescobrir e reencaminhar os problemas éticos do nosso tempo. O direito esbarra inevitavelmente na liberdade do outro, já não podemos mais conviver (do latim con-vivere - conviver com alguém) dentro de uma comunidade mundial, onde não haja a corrupção de todo e a necessidade da cooperação (trabalhar juntos) para que possa construída uma nova civilização, calculamos nós, ou seja com valores estribados na fraternidade e respeito mútuo entre todos os povos.

Deve-se levar em consideração ainda, que a Nação brasileira vem sofrendo retaliações em diversas áreas, tais como quanto à preservação da Amazônia, novas descobertas científicas e tecnológicas, acodamento e monitoramento da política econômica por parte dos países credores, em especial o Fundo Monetário Internacional, dentre outras circunstâncias, que nos convencem plenamente da necessidade de dar um basta nesta relação colonialista cristalizada através dos séculos.

O povo brasileiro é criativo por excelência haja vista a repercussão do meio artístico, como pintura, literatura, cantores, artistas cênicos, arquitetura, etc, no cenário internacional.

Tal requerimento visa primordialmente, registrar e solicitar os devidos esclarecimentos de mais esta situação, constrangedora que é, para todos nós brasileiros, temos a responsabilidade maior de defender as iniciativas oriundas do nosso povo que contribuem para a renovação cultural de nossa gente e de todos os povos.

Esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares para a expedição dos ofícios requeridos.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) IRONDI PUGLIESI.

REQUERIMENTO N° 906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o

envio de Ofício a Excelentíssima Secretaria de Estado da Educação, solicitando a construção de 4 salas de aulas no Colégio General Carneiro, Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio General Carneiro, localizado no Município de Roncador, atende atualmente elevado número de alunos, o qual é superior ao determinado por sala de aula.

Com o crescimento natural de números de alunos e aumento de vagas para o próximo ano letivo, se faz necessário a imediata construção de 4 salas de aula.

REQUERIMENTO N° 905

Senhor Presidente.

Regimentalmente, o Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, reivindicando a destinação de um Caminhão ABT - Auto Bomba Tanque, para o Destacamento do Corpo de Bombeiros do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Funcionando em novas instalações, o Destacamento do Corpo de Bombeiros de Campo Mourão, presta atendimento a comunidade deste município, bem como aquela das cidades circunvizinhas, marcando sempre pelo pronto atendimento e combate aos incêndios, afogamentos e outros.

Em função do crescimento vertical observado em Campo Mourão e região, a unidade do Corpo de Bombeiros necessita com urgência de mais um Caminhão Auto Bomba Tanque, que proporcionará condições eficazes e adequadas no atendimento de emergência em grandes edifícios.

Pelo exposto, solicito empenho e atenção desta Secretaria para o atendimento do que se requer.

REQUERIMENTO N° 907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício a FASPAR- Fundação de Ação Social do Estado do Paraná, reivindicando a doação de um veículo Kombi para o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade, do Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação objetiva atender ao pedido do CEMIC- Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade, do Município de Moreira Sales, o qual segue em cópia anexa.

Acreditando na real necessidade da reivindicação feita, peço apoio e empenho desta Fundação.

REQUERIMENTO N° 911

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER da Douta Mesa da Assembléia, o encaminhamento de proposição ao Excelentíssimo Senhor Doutor Abrahão Miguel, Presidente do Tribunal de Justiça, no seguinte teor:

Foz do Iguaçu, insere-se hoje entre os Municípios do Estado do Paraná, de maior importância em consequência de seu desenvolvimento e progresso. Sua densidade populacional aumenta dia-a-dia, prevenindo-se que, em cinco anos, deverá ser o 2° ou 3° município do interior.

Por sua situação geográfica - Município de fronteira - todos os órgãos públicos existentes em Foz do Iguaçu, estão em condições idênticas aos Estados. Como é o caso da Delegacia da Receita Federal, igual a de São Paulo ou Rio de Janeiro e superior a de muitas capitais: 11 delegados e uma divisão.

Em outros, estes são fatores que contribuem para que o movimento forense da Comarca de Foz do Iguaçu, seja superior ao de muitos outros Municípios já elevados à Entrância Final. Considerando-se ainda que esta Comarca atende cerca de 600 mil "brasiguaios" que ali vão para resolver suas pendências jurídicas.

O atual Código de Legislação Judiciária estabelece três Entrâncias: Inicial, Intermediária e Final. São Municípios de Entrância Final: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel. Pelo exposto, verifica-se que Foz do Iguaçu, hoje, se iguala a alguns destes Municípios, em muito e, especialmente no que concerne ao movimento forense. Razão esta que faz esta Comarca merecedora de ser elevada à Entrância Final.

Tem a presente proposição o fim de encaminhar apelo ao Excelentíssimo Senhor Des. Doutor Abrahão Miguel, DD. Presidente do Tribunal de Justiça, para que envide esforços no sentido de colocar a Comarca de Foz do Iguaçu no lugar que está a merecer: Entrância Final.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê conhecimento aos Senhores juizes da Comarca de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) JOSÉ FELINTO.

REQUERIMENTO N° 852

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial deste Poder Legislativo, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, gerenciando por policiamento preventivo nas proximidades da Escola Estadual Roberto Langer Jr, localizada na rua Pastor Antônio Polito, no Jardim Castelo Branco, nesta Capital.

Tal solicitação prende-se ao fato da formação e circulação de grupos estranhos às atividades desenvolvidas pelo estabelecimento, oferecendo intranquilidade aos alunos, pais e professores que frequentam a Escola.

É preciso atentar, ainda, para o aspecto da preservação do patrimônio público, colocando as instalações da Escola a salvo das ações de vandalismo e depredações. Considerando-se o sentido preventivo da solicitação, iremos evitar, no futuro, a necessidade de repressão como forma de garantir a integridade dos moradores daquela comunidade e usuários daquela Escola pública.

Que da decisão desta Casa dê-se ciência à Direção da Escola Estadual Roberto Langer Jr, nesta Capital, bem como, à sua Associação de Pais e Mestres.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a liberação de recursos para auxiliar nas despesas de manutenção do setor de atendimento às pessoas carentes da Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá.

1. Governador Álvaro Dias

2. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Senhor Rubens Bueno.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos o Município de Nova Esperança.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcíno Tavares.

2. Prefeito Municipal, Senhor José Erício.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos o Município de Ivatuba.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares.

2. Prefeito Municipal, Senhor Vanderlei Oliveira Santini.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos o Município de Mandaguari.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares.

2. Prefeito Municipal, Senhor Carlos Alberto Campos de Oliveira.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando a inclusão no Programa do Fundo de Medicamentos o Município de Mandaguaiçu.

1. Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares.

2. Prefeito Municipal, Senhor José Luiz Camargo de Oliveira.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 872

Senhor Presidente.

O Deputado Paulo Furiatti, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitação de estudos sobre a viabilidade de reconstrução da ponte sobre o Rio Xambrê que liga os Municípios de Francisco Alves e Iporã.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação encontra justificativa no fato de estar a referida ponte em

situação precária, tendo sua estrutura corroída pelo tempo, e, portanto, prestes a desabar. Ocorrendo isto, o tráfego na região, principalmente dos produtores rurais, será prejudicado, uma vez que a via em questão é responsável pelo escoamento da produção dos dois municípios.

Por considerar relevante a proposição acima descrita, é que a trago a apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 876

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação asfáltica das Estradas Elizabete e Flórida, que ligam o município de Iporã, ao Distrito de Oroitê no referido Município.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido prende-se ao fato de que a referida estrada em época de chuvas, fica quase que totalmente tomada por erosão, apresentando constantemente péssimas condições de tráfego, com a pavimentação irá melhorar as condições de tráfego na referida via, que apresenta grande fluxo de veículos, atendendo ainda frequentes pedidos da numerosa população rural.

REQUERIMENTO N° 877

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social Doutor DELCINO TAVARES DA SILVA, solicitando a instalação de módulos sanitários e aquisição de um odontomóvel para o município de Iporã.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação resulta de antiga e premente aspiração da comunidade local, pois que, grande parcela daquela população não dispõe de condições materiais para instalação de banheiros higiênicos em suas propriedades. A implantação do citado pedido é muito importante para a população de Iporã.

Por estes motivos e por considerar de grande importância o solicitado à comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 878

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, Doutor FERNANDO XAVIER FERREIRA, no sentido de se estudar a viabilidade de se estender o sistema de DDD - Discagem Direta à Distância no Distrito de Oroitê, Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação torna-se de grande importância tendo em vista o Distrito de Oroitê, com seu comércio crescendo a com a sua população cada vez mais significativa, necessita atualmente de um moderno sistema de telefonia. É mister que a TELEPAR proceda estudos, visando incorporar a localidade acima citada com um sistema de Discagem Direta à Distância - DDD, a qual proporcionará grandes benefícios à população do Distrito de Oroitê, Município de Iporã.

REQUERIMENTO N° 879

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor HEINZ GEORG HERWIG, no sentido de viabilizar a reforma da ponte sobre o Rio Xambrê, na ligação Francisco Alves - Nilza.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação faz sentido, considerando que uma das mais importantes malhas viárias dos Municípios de Iporã e Francisco Alves, a Estrada Yara, que faz a ligação entre a sede do Distrito Nilza, no Município de Iporã estando em vias de ser interrompido seu tráfego normal de veículos em razão do péssimo estado em que se encontra a ponte sobre o Rio Xambrê, que está necessitando de uma reforma urgente. Por esses motivos e por considerar de grande importância a solicitação para a população daqueles Municípios é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 880

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após mani-

festação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor HEINZ GEORG HERWIG, solicitando a reconstrução da ponte sobre o Rio Xambrê, na ligação Francisco Alves - Nilza, em Iporã.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista que a via que liga os Municípios de Francisco Alves e Iporã, é uma das mais importantes da região e comporta um fluxo de veículos que transporta a produção agropecuária de diversos municípios, encontra-se na iminência de ter seu tráfego interrompido face às precárias condições da ponte existente sobre o Rio Xambrê.

Desta forma, urge seja reconstruída a referida ponte a fim de prevenir-se prejuízos irrecuperáveis pela inevitável paralização do tráfego se não houver providências emergenciais pelos órgãos competentes.

Por estes motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a população dos Municípios, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 881

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação asfáltica em estradas municipais.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista que a estrada ligando o Município de Iporã ao Distrito de Oroitê apresenta péssimas condições de tráfego, principalmente em épocas de chuvas, quando seu leito carroçável fica quase totalmente tomado por erosão.

Por vários motivos é que a população do município solicita a pavimentação asfáltica da mesma, passando pelas estradas Elizabete e Flórida, e que em muito irá melhorar as condições de tráfego na referida via, que apresenta grande fluxo de veículos, atendendo, assim, aos vários pedidos da comunidade da Zona Rural.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a população do referido município, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 882

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a feitura de melhoramentos em vias públicas do Distrito de Nilza, Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Vereador DORIVAL PASSARELLA, que as vias públicas do Distrito de Nilza estão necessitando de melhoramentos, construção de meio fio e galerias de águas pluviais nas Avenidas Carvalho e Pepino, atendendo-se a várias reivindicações da comunidade local.

Por esses motivos e por considerar de grande importância para a população do referido Distrito, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 883

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso, das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor FERNANDO XAVIER FERREIRA, Mui Digno Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de se estudar a viabilidade de incorporar o Distrito do Oroitê, Município de Iporã, no Sistema de Discagem Direta à Distância - DDD, beneficiando a população do referido Distrito.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A incorporação do referido Distrito no Sistema de Discagem Direta à Distância - DDD, trará um grande benefício à população daquela região, visto que se trata de um local de grande comércio e contingente populacional cada vez maior. Segundo sugestão do Vereador JOSÉ FIRMINO DE SOUZA, além dos benefícios alcançados à população, também se beneficiaria a Companhia pelo acréscimo em seu faturamento.

Por ser de importância ímpar o solicitado, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 884

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legisla-

va do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde Doutor Delcino Tavares da Silva, solicitação visando incluir o Município de Iporã no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este Programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 888

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Política Habitacional, Odeni Mongruel, para que sejam tomadas providências quanto aos problemas existentes nas casas do Conjunto Residencial Parque das Hortências construído pela COHAPAR na cidade de Maringá tais como rachaduras nas paredes, rachaduras nos pisos, defeitos nas instalações hidráulicas e etc., conforme o contido no requerimento em anexo apresentado na Câmara Municipal de Maringá pelo Vereador KAZUMI TAGUCHI.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Conforme o contido no requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Maringá, de autoria do Vereador KAZUMI TAGUCHI e encaminhado ao nosso Gabinete Parlamentar através do ofício n° 593/89 daquele legislativo municipal e que anexamos ao presente requerimento, pode-se observar os transtornos e prejuízos porque vem passando as famílias que adquiriram suas casas próprias que, ao invés de não pagarem altos aluguéis, estão vendo seus orçamentos familiares sendo defasados pelas altas contas apresentadas pela SANEPAR em decorrência dos defeitos nos encanamentos além das despesas de mão-de obra com pedreiros para os devidos reparos.

REQUERIMENTO N° 893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que seja criado no Município de Maringá um Posto de Polícia Federal.

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

2. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Wantuil Borges.

3. Comandante do 4° Batalhão de Polícia Militar de Maringá, Tenente Coronel Joaquim Aparício Paes.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Maringá é reconhecidamente uma das cidades com maior índice de área verde por habitante do Brasil. A cidade ainda preserva dentro de seu perímetro urbano três áreas com florestas nativas; o Parque do Ingá, Bosque n° 02 e o Horto Florestal, ambos mantendo ainda a existência de pequenos animais silvestres, sendo que a maioria das espécies encontram-se em fase de extinção, vítimas do abandono e do ataque inescrupuloso de algumas pessoas. Ainda na região de Maringá encontram-se algumas áreas verdes preservadas na zona rural, que resistiram ao desmatamento descontrolado de que foi vítima a região durante o período de colonização. É portanto de vital importância que seja implantado naquele município um policiamento específico para coibir os abusos e agressões praticadas contra a natureza, bem como um trabalho de conscientização da população da importância da preservação destas áreas.

REQUERIMENTO N° 894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que o efetivo do 4° BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE MARINGÁ, seja aumentado em até 100%.

1. Secretário de Estado de Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

2. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Wantuil Borges.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com a futura criação da Região Metropolitana de Maringá, torna-se necessário o aumento substancial do efetivo do Batalhão de Polícia Militar, levando-se em consideração o fato de que aquela Região Metropolitana irá abranger mais de três municí-

pios e um distrito, elevando a população para aproximadamente 350.000 habitantes.

REQUERIMENTO N° 855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando a criação de uma Comissão Estadual encarregada de fazer um levantamento do pessoal integrante das Polícia Civil e Militar.

A Comissão deve ser composta de profissionais de alto nível, incluindo psicólogos, para que sejam apuradas com rigor os traços da personalidade dos membros das duas corporações.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a proposta tomando por base três dos episódios mais marcantes e violentos, além do assalto ao banco de Goleerê todos ocorridos no prazo de um ano. A explosão de bombas atiradas contra os professores estaduais, durante a greve da categoria; o assassinato do estudante do CEFET por um policial militar; e, mais recentemente a violência de um policial civil contra um grupo de adolescentes.

A Comissão deve encarregar-se ainda de estabelecer regras para a seleção dos candidatos a integrar as corporações. Estas regras devem definir um estudo mais cuidadoso sobre os aspectos psicológicos do pretendente.

É preciso parar de justificar a violência policial através dos baixos salários. Temos defendido melhores salários para a polícia, mas não aceitamos esse tipo de justificativa. A consciência profissional deve prevalecer. O que é preciso é uma seleção mais rigorosa e um treinamento mais eficiente.

Não se pode admitir que a população passe a temer seus órgãos protetores. Não se pode aceitar a idéia de que, ao solicitar o auxílio policial, a população esteja correndo riscos.

REQUERIMENTO N° 899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Assembléia, da Carta de Londrina, elaborada durante o I Encontro de Lideranças Médicas do Paraná, realizado em Londrina nos dias 21 e 22 de abril de 1989.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Após a realização de discursos em grupos de trabalho, a plenária final do I En-

contro de Lideranças Médicas do Paraná, apóiam os pontos que constituem a Carta de Londrina, representando o pensamento das suas lideranças.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 112/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o CLUBE DE CIÊNCIAS NILO CAIRO, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

O "Clube de Ciências Nilo Cairo" que pretendemos declarar de Utilidade Pública, é uma instituição de caráter científico-cultural, pessoa jurídica de direito privado com finalidade pública sem fins lucrativos.

Tem por finalidade desenvolver atividades que contribuem para a Educação Científica e Tecnológica organizadas por professores e cientistas devidamente qualificados.

Sua ação é reconhecida pela comunidade apucaranaense, sendo, inclusive, considerada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 004/88, de 18 de março de 1988.

Por tais razões, entre outras, é que estamos encaminhando o presente projeto de lei, para o qual confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI N° 113/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná,

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO OCUPACIONAL DE LONDRINA, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.89.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Ocupacional de Londrina que pretendemos declarar de Utilidade Pública, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter cultural e filantrópico.

Tem por objetivo proporcionar atendimento ocupacional a deficientes mentais, ou com problemas psiquiátricos à maiores de 15 (quinze) anos de idade e proporcionar e estimular o estudo, pesquisa e tro-

cas de experiências relativos ao atendimento ocupacional desta clientela.

Sua ação é reconhecida pela comunidade londrinense, sendo, inclusive, considerada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei n° 3.956 de 24 de abril de 1987.

Por estas razões, entre outras, é que encaminhamos o presente projeto de lei, para o qual confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Pirajá Ferreira) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra a primeira oradora inscrita, Sr.^a Deputada Irondi Pugliesi.

A SR.^a IRONDI PUGLIESI - Sr. Presidente, Sr.^{as}. e Srs. Deputados, quero antes de fazer o meu pequeno pronunciamento, convidar a todos para o II Congresso da Federação de Mulheres do Paraná, que será no dia 21 de maio, no auditório do edifício Castelo Branco, onde se discutirão problemas como o da igualdade de direitos da mulher; a mulher trabalhadora; a saúde da mulher e o meio ambiente; programas sociais sobre a violência; educação e cultura da mulher. E também, convidar aos companheiros para o encontro, de dia todo, que será feito aqui no plenarinho da Assembléia Legislativa, onde o Conselho Estadual da Condição Feminina falará sobre a saúde da mulher, num trabalho feito por todo o Brasil pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina, onde discutiremos o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, condições, serviços e políticas de saúde. Queremos que os Parlamentares estejam presentes para que seja incluído no novo anteprojeto da Constituição, o PAISME, que é o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que não foi contemplado no anteprojeto da Constituição.

Eu queria fazer um elogio ao trabalho do "Jornal do Estado", que no dia 13 de maio fez uma página específica à violência sobre a mulher, falando sobre o estupro. E cumprimentar ao Narciso Assunção, ao Noviski, a Rui Barroso e ao Cláudio Campos por esse brilhante trabalho, em falar sobre a violência contra a mulher, porque isto está acontecendo na nossa sociedade, no dia-a-dia. E para nós é importante quando os jornais, os jornalistas se dedicam a fazer um trabalho sobre a violência contra a mulher, que é muito grande em todo o País.

Quero ler, aqui, um trecho desse trabalho feito pelo Narciso e sua equipe: "Em Curitiba, são praticados 4 estupros por dia, em média, registrados. Fora aqueles que somem das estatísticas, engolidos pelas vítimas. O estupro é um crime pratica-

do contra o ser humano e considerado pelas feministas com uma das formas mais graves de machismo, que está latente na fantasia da maioria dos homens. O estupro, a violação e outros ataques físicos e verbais praticados pelos homens contra as mulheres são delitos que passam a ser discutidos pelas vítimas, Conselho da Condição Feminina, Delegacia da Mulher e advogados. Mas, ainda existe por parte das mulheres atacadas muita vergonha, humilhação e medo. Dificilmente um homem vai preso por estupro, porque numa sociedade machista, quem sempre está se oferecendo é a mulher, de diversas formas e atitudes."

Cumprimento ao Narciso Assunção por este seu trabalho, porque nós, do Conselho da Condição Feminina do Brasil todo e também do Paraná, juntamente com as delegacias da mulher no Paraná. E gostaria de ter o apoio dos nossos Parlamentares para isso, porque hoje pela manhã, conversando com a Delegada Ivete Ferreira Cordeiro, da nossa Delegacia da Mulher de Curitiba, soubemos através dela que até o dia de hoje foram atendidas 1.610 ocorrências registradas, só na Delegacia da Mulher de Curitiba, que é o segundo atendimento, hoje, de todas as delegacias aqui de Curitiba. Ela ganha até da Delegacia de Furtos e Roubos. Atende-se por dia, além dos casos registrados, só com atendimento, mais do que o dobro, sendo que mais de 3.210 atendimentos são feitos diariamente, nos 4 distritos que nós temos, junto à Delegacia da Mulher, que é o serviço de assistência à mulher. Ocorrências variadas nós temos de 250 a 300 por mês. De lesões corporais chega a ter até 80%, sendo as mulheres vítimas de agressões e violência física. De lesões gravíssimas chegamos a ter até 10 casos por mês em média. Homicídios de 4 a 5 por mês, tudo de violência contra a mulher. Crimes incestuosos em média 5 mensais.

Por isso, vim aqui dizer aos companheiros que é muito grande a importância dada para nós mulheres, pelo "Jornal do Estado", a respeito da violência contra a mulher. Agradeço ao Narciso e espero colaboração de todos os jornalistas para essa luta que é muito grande, ainda a ser feita no Paraná.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tem a honra de anunciar a presença neste Plenário do Deputado Ailton Cordeiro, ex-colega da Assembléia, Deputado Federal. E acompanhando está a Deputada Federal Sandra Cavalcanti, aspirante à Presidência da República pelo PFL.

Eu tenho a honra de conceder a palavra à Deputada Sandra Cavalcanti.

A Mesa solicita aos Srs. Deputados

atenção para as palavras da Deputada Sandra Cavalcanti que honra a mulher brasileira. E pede silêncio aos Srs. Deputados e às pessoas que se encontram em plenário.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI - Eu agradeço a Vossa Excelência a honra inesperada de poder usar a palavra na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no dia seguinte em que esta Assembléia Legislativa levou a bom termo a etapa inicial dos seus trabalhos constituintes conseguindo elaborar o anteprojeto que eu acabo de receber das mãos de Vossa Excelência e que ainda não tive oportunidade de examinar, mas, vou me dedicar a isso nessas próximas horas até por que, na minha vida por duas vezes tive oportunidade de integrar assembleias estaduais constituintes. Na organização do Estado da Guanabara e, posteriormente na fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio.

Nós tivemos na elaboração da Constituição de 1988 um cuidado muito grande de dar a maior autonomia possível aos estados da Federação, de garantir realmente para os estados da Federação brasileira uma independência da qual eles até agora não haviam gozado.

Lamentavelmente a Federação Brasileira desde a Constituição de 1891, passando por suas muitas formas, não deu aos estados a liberdade de investir com criatividade e com coragem nas suas próprias potencialidades. E acho que isso é uma coisa que esta Constituição conseguiu fazer e, imagino que a Constituição do Estado do Paraná deva ser aproveitada da melhor forma possível essa oportunidade que nós temos em colocar no texto Constitucional.

E quero registrar Sr. Presidente, que a minha presença nessas prévias que o meu partido vai realizar no dia 21, inéditas também na história política do Brasil, em que pela primeira vez o soldado raso, o filiado do partido em eleições diretas, livres, secretas, vai poder escolher um candidato de seu partido à Presidência da República, a minha presença se prende a um objetivo um pouco diferente talvez, do objetivo de todos os que neste instante no Brasil se candidatam à Presidência da República.

Penso que é hora de aproveitar o instante e alertar o povo brasileiro, para a imensa ilusão que se está montando neste País, supondo que, com a realização das eleições diretas, nós sairemos definitivamente das dificuldades em que estamos envolvidos e o País mergulhará obrigatoriamente num caminho de progresso e desenvolvimento.

Não é o meu pensamento, e eu acho que o Brasil perdeu uma oportunidade de ouro, durante os trabalhos da Assembléia Nacio-

nal Constituinte de optar por um sistema de Governo moderno. Acho que a luta ainda não está perdida, e vou aproveitar a oportunidade do contato com os filiados do PFL e com a opinião pública para insistir que as pessoas não se decepcionem tanto quando verificarem que a simples troca de Presidente não foi suficiente para resolver as nossas dificuldades. Acho que o Brasil precisa levar a sério! Levar a sério e tentar realizar, no prazo mais rápido possível, a mudança no sistema de governo. Ou nós implantamos o Parlamentarismo no País já, para implementá-lo depois das eleições, como é a emenda que nós estamos apresentando no Congresso, ou nós veremos, durante o ano de 1990 a repetição enfadonha, a repetição ociosa já, dos erros que o presidencialismo vem praticando, no Brasil, desde a proclamação da República!

Durante o ano de 1990, e é bom que estas palavras fiquem registradas aqui, neste Parlamento, de um dos Estados mais Parlamentaristas do Brasil, como uma advertência e um registro, é bom que elas fiquem aqui, guardando esta observação, o ano de 1990 vai encontrar o País com um Presidente eleito em dois turnos, com uma verdadeira avalanche de votos, como nunca alguém conseguiu ter, na história do Brasil, porque ele terá que ter maioria absoluta. E, este Presidente, seja ele quem for, vai representar o retrato das angústias, das insatisfações, dos desejos e dos sonhos do Brasil de 1989, e vai enfrentar, dentro do sistema presidencialista um Congresso, que, eleito em 1986, tem ainda esmaecido, amarelado e já estragado, um retrato das aspirações que já foram jogados fora.

Eu não tenho dúvida da crise que se desenha no horizonte se nós não tivermos um sistema de Governo ajustado e adaptado para crises!

E, por isso, Sr. Presidente, a minha presença no pleito é principalmente para insistir na bandeira do Parlamentarismo, o mais rápido possível, o melhor Parlamentarismo possível para que o povo brasileiro conquiste aquilo que outros países já têm e que nós, de uma forma antiquada, retrógrada, ultra-conservadora insistimos em não dar ao povo brasileiro. O povo brasileiro precisa conquistar o direito de propor a saída de governos que não estão dando certo! O povo brasileiro precisa ter o direito de pressionar para que sejam dissolvidos congressos que não cumprem a sua obrigação. Enquanto o povo brasileiro não tiver conquistado esses dois direitos, nós continuaremos, num mundo moderno, num mundo completamente diferente, num mundo ágil, num mundo habilitado para resolver crises, nós continuaremos num mundo antiquado, que nesta altura em plena América

Latina já soa como um velho tango portenho que ninguém sabe mais nem como dançar.

Senhor Presidente, é essa a razão da minha candidatura. Eu sou candidata a uma Presidência de República, na qual eu não acredito. A uma Presidência de República, que eu sei que no sistema presidencialista está fadado a não cumprir tudo aquilo que vai ser prometido por todos os candidatos durante toda a campanha. Porque o brasileiro vai assistir de novo ao mesmo triste espetáculo, de lideranças pessoais, de promessas pessoais, de governo pessoal, de falta de entrosamento, de responsabilidade coletiva, de Câmaras sem responsabilidade, porque sem punição, e de governos em cima dos quais o povo só pode fazer uma coisa, detestá-los, mas vai ter que detestá-los por cinco anos o que é um sofrimento muito grande para um povo que já merecia melhor destino.

Muito obrigada a Vossas Excelências, pela oportunidade e pela alegria de poder dizer isto aqui, hoje, nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigada.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece as palavras da Deputada Sandra Cavalcanti e solicita às Deputadas Vera Agibert e Irondi Pugliesi para que tragam às nossas bancadas e tome assento a Deputada Sandra Cavalcanti e designo o Deputado Basílio Zanusso para fazer a saudação a Sua Excelência em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Faria inicialmente, apenas em nome pessoal e da minha bancada a saudação rápida a Sua Excelência, a Deputada Sandra Cavalcanti; mas, por determinação do Senhor Presidente, tenho a satisfação de fazê-lo em nome de toda a Casa.

A presença da ilustre política, Deputada Sandra Cavalcanti no nosso Estado, tem o objetivo, como ela bem disse da tribuna, a de trabalhar, conquistar os votos dos pefelistas do Paraná nas prévias que o partido fará realizar em todo o Brasil, no próximo dia 21, domingo.

Concorrem na prévia do partido os eminentes brasileiros Aureliano Chaves e Marco Maciel, além de Sua Excelência a Deputada Sandra Cavalcanti. Os dois ilustres pefelistas já estiveram no Paraná, anteriormente, por várias vezes, e mais recentemente, bem há poucos dias Marco Maciel, e agora Sandra Cavalcanti.

As prévias que o partido fará realizar é em obediência a uma decisão da Convenção recente, mas por determinação do nosso Estatuto.

No Brasil é coisa nova; se faz pela primeira vez. Até mesmo nós percebemos que os filiados, os nossos companheiros, não têm bem conhecimento, não sabem bem do alcance, da intenção até, e dos objetivos das prévias. Por isso, de qualquer forma nós a faremos realizar no dia 21. Sabemos, por antecipação que teremos uma presença não muita expressiva de pefelistas nesta consulta, mas nós temos a certeza que, em vésperas de outros pleitos eleitorais, principalmente quando se discute a sucessão de Governador do Estado, de Presidente o nosso partido e provavelmente todos os partidos brasileiros tratem de suas prévias com maior antecedência.

Mas, nós queremos patentear na visita que nos faz a Deputada Sandra Cavalcanti, o reconhecimento da nossa amizade, da nossa estima, e da compreensão de tudo o que ela representa no Brasil, do seu papel importante como Secretária de Estado, como Deputada Estadual em duas legislaturas, frente ao BNH que deu início às construções das casas populares em seu início e lamentavelmente deu no que deu. Nós conhecemos então, a garra, a competência, a dedicação de Sandra Cavalcanti nas coisas do Brasil.

Ainda hoje, citando um candidato à Presidência da República, que tem no seu discurso principal o combate à corrupção, a Sandra Cavalcanti dizia lá no nosso partido: "a mim Sandra Cavalcanti, ninguém vai dar lição de moral e de decência no trato da coisa pública, porque esse meu comportamento marca a minha vida durante os decênios que na vida política participo efetivamente". Portanto, Deputada Sandra Cavalcanti, conhecemos a força da sua inteligência, a dedicação e a seriedade com que Vossa Excelência tem tratado do seu Estado, especialmente do Brasil. É um orgulho muito grande para nós pefelistas do Paraná, tê-la no nosso partido, e mais que isso, a coragem de agora sair, depois de Aureliano Chaves e Marco Maciel, terem se inscrito candidatos nas prévias do domingo próximo, Vossa Excelência também considerar-se e ter amigos no Brasil todo que a entusiasmaram e fizeram com que Vossa Excelência se inscrevesse também e concorresse juntamente com esses dois ilustres brasileiros, para merecer o voto dos pefelistas de todo o Brasil, na indicação futura para a presidência da República. V.Exa. deixou com toda a clareza que lhe é peculiar agora na sua fala, de que está empenhada mais do que as prévias do nosso partido, Vossa Excelência está imaginando e vendo o horizonte ainda além das prévias do agora, do já, que é o futuro do Brasil nessa caminhada, que nós sabemos que trilha Vossa Excelência e que lidera com ilustres brasileiros, com o objetivo de

mudar o sistema de presidencialista para parlamentarista no Brasil, com o objetivo principal de sanar essa onda de descrédito, de corrupção que nos corrói a todos, não só à economia brasileira, mas a nós todos, os bons e os maus políticos.

Desejo a Vossa Excelência, em nome desta Casa, todos nós Deputados paranaenses, ao cumprimentá-la e ao enaltecer o grande papel que Vossa Excelência faz e cumpre em favor do Brasil nesse instante histórico, desejar felicidades para Vossa Excelência. Nós sabemos, que haverá nessas andanças do Brasil, de conquistar muitos votos, talvez até o primeiro lugar nas prévias, já que não é o seu objetivo maior, porque não faltam a V.Exa., repito, competência, austeridade, dignidade e a preocupação de futuro com o Brasil.

Muito obrigado pela presença de Vossa Excelência no Paraná e na nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra o Deputado Nereu Carlos Massignan, para saudar a nossa visitante em nome do PSDB.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, ilustre Deputada Federal Sandra Cavalcanti, que nos visita nesta tarde.

Em nome da Bancada do PSDB, da Bancada "Tucano" do Paraná, são seis Deputados, eu venho fazer uma saudação pública quando Vossa Excelência faz essa sua caminhada pelo Brasil trazendo a sua opinião, os seus conceitos sobre a sua trajetória política e sobre a visão futura da ação política no Brasil.

E quando eu vejo uma mulher na tribuna, eu me lembro de uma Andira Ghandi, de uma Lídia Gueiler que foi presidente da Bolívia, expulsada de lá, pelos obscuros movimentos militares, tão frequentes na América Latina; por que não falar de uma Isabelita Perón, de uma Eva Perón; por que não falar de Margaret Thatcher, da nossa revolucionária Pagu, de tantas mulheres, essas são as que mais se evidenciam porque escreveram parte da história pela sua ação, pelo seu rompimento àquela timidez forçada de cima para baixo.

Lembro-me da Bancada Federal do PSDB, Moema, Abadia, Ana Maria e tantas "Anas Marias" por esse Brasil afora, como é a Sandra, como é a Irordy, como é a Vera, como é a Amélia, as nossas três Deputadas aqui do Paraná. Esse espaço conquistado, essa luta que se iguala na busca do Brasil diferente, novo.

Se temos divergências entre os partidos, nas concepções, nas idéias, temos também em todo esse universo político, e aí está o grande valor da teoria política, de que não são verdades absolutas, porque

Cavalcanti, do Deputado Aírton Cordeiro e quer dizer à nossa visitante que recebemos uma verdadeira aula de Parlamentarismo e estaremos sempre atentos às suas palavras.

Prossegue a sessão.

No grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Verdo hoje a Ordem do Dia, eu deparei com duas proposições, uma de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, consubstanciada no Projeto de Lei nº 81/89 e outra de autoria do Governador Álvaro Dias consubstanciada no Projeto de Lei nº 92/89.

Eu tenho, invariavelmente, votado favoravelmente aos atos do Sr. Governador deste Estado, nesta Casa, porque Sua Excelência tem demonstrado, na sua administração, um profundo respeito pelo patrimônio do povo, pelo patrimônio público, pela administração sadia, pela postura correta de um governante. É a única razão, além da amizade pessoal que me liga ao Governador desde 1970, quando fomos Deputados juntos nesta Casa, é a única razão que me leva a apoiá-lo, intransigentemente, nesta Casa, até o momento em que ele se desviar deste caminho que o povo do Paraná tem recebido tão bem e aceitado com tanta alegria.

Mas, quero comunicar à Liderança do Governo nesta Casa e do Partido majoritário, que eu votarei contrariamente às duas proposições. Tanto à mensagem do Governador, quanto ao Projeto de Lei de autoria do Deputado Antônio Annibelli.

São projetos aparentemente simples, eles concedem pensão mensal a viúvas de ex-Prefeitos do Partido majoritário, o PMDB. Não por se tratar de ex-prefeitos do Partido majoritário, mas eu não vejo sensatez, eu não vejo razão nenhuma para se conceder pensão mensal a viúvas de chefes de Poder Executivo, salvo aqueles que tenham tido morte violenta no cumprimento do dever. É o caso dos policiais, é o caso de tanta gente amparada por lei, mas conceder pensão a viúva de um ex-Prefeito, não vou por uma questão de ética citar o nome dos dois prefeitos e nem o nome das duas viúvas, mas os Senhores Deputados, basta ler a Ordem do Dia de hoje que sabem a quem eu estou me referindo.

Acho isso incorreto, porque então nós teríamos que conceder pensão mensal a todas as viúvas do Paraná. A viúva do operário, a viúva do motorista, a viúva do funcionário público, a viúva do funcionário previdenciário, todas, todas têm direito. Eu não vejo por que privilegiar duas, três, quatro ou cinco viúvas em detrimento dos cofres públicos.

Votarei contrariamente.

Eu perguntaria até orde um administrador público tem o direito de se mostrar leviano, ditatorial, ameaçador.

E desta forma que o Sr. Francisco Deliberador, Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, vem sendo encarado pela população de Antonina, desde que andou declarando e todo Paraná ouviu, porque foi alto e de bom som, que ele pretende acabar com o porto da cidade. Desativar, foi a forma branda encontrada pelo Superintendente Francisco Deliberador, para dar um fim à verdadeira vocação portuária do povo capelista.

Uma vocação encontrada muito antes que a de Paranaguá, pois o Porto de Antonina é mais antigo. Dificultado pelo calado que não dá acesso a navios de grande porte, ainda assim o Porto de Antonina tem se mantido como importante corredor de minérios.

O dado alarmante que levou o Sr. Francisco Deliberador a correr e fechar o porto, tal qual D. João VI moderno, foi a fraca movimentação de carvão, seis mil toneladas até agora, do começo do ano até o mês passado.

No ano passado, em igual período, o porto de Antonina movimentou 8.382 toneladas de carvão, uma diferença evidentemente razoável, mas não desesperadora a ponto de levar o nosso D. João VI moderno e fechar o Porto de Antonina. É uma diferença, mas até o final do ano passado as 8.000 e poucas toneladas referentes a um período de quase seis meses se transformaram em 53.184 toneladas de carvão, registrando 80% do volume de movimentação no semestre final do ano. Eu perguntaria: o que leva a um pessimismo tão exagerado que não possa crer numa igual reação do Porto de Antonina neste ano? Eu acho que a visão de um administrador não pode ser desse tamanho, não pode ser pequena, estreita, que prenda-se apenas a números circunstanciais, a números e valores que não são uma constante. Da franca prosperidade que ostentava o Porto de Antonina há algumas décadas sobreveio uma situação angustiante nos anos 70, para ressurgir com a economia renovada no começo dos anos 80. Mas, em 87 e 88, segundo a administração dos portos de Paranaguá e Antonina, o Porto de Antonina passou maus momentos e com as administrações fracas e esta atual é fraca, são sempre imediatistas, qual foi a solução aventada? Desativar o porto. Um eufemismo para fechar definitivamente o porto.

Com esta decisão leviana o Sr. Deliberador põe em risco todo o processo sócio-cultural de Antonina, orgulho do povo do Paraná. A cultura antoniense orgulha o povo paranaense e esta decisão leviana coloca por terra essa cultura social de Antonina, um município de vinte mil habitan-

tes. Pequena em população, é claro, evidente, mas imenso em tradição cultural, pródigo em improvisações para driblar as freqüentes investidas de aniquilação que sofre de tempos em tempos um destino comum a todos os agrupamentos litorâneos.

Mas, que não pense o Sr. Deliberador que os capelistas não vão reagir. O Sr. Deliberador é um estranho no ninho, escolhido por indicações políticas, sem nunca ter pisado, talvez, num porto, sem nunca ter molhado os pés na água do mar, a não ser, talvez, em temporadas, em praias, mas não pense que por ser neófito das coisas litorâneas, que os capelistas vão ficar calados. O Prefeito da cidade já veio a Curitiba cobrar do Governador Álvaro Dias soluções. A população de Antonina se reuniu em praça pública no final desta semana que passou e protestou violenta, e eu já não diria formalmente, mas violentamente, quanto à pretensão de espúrio do Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Antonina não aceita a morte do seu porto. Vai olhar com calma para o mar, para o mar que sempre foi o seu horizonte e a sua vocação primeira. Vai molhar o dedo, a ponta do dedo, para ver em que posição sopra o vento, e vai sobretudo lembrar ao ditador Francisco Deliberador, um dos seus mais conhecidos ditados: "o que é combinado não é caro". E o combinado é que Antonina é porto e como tal deve continuar, o que precisa é ser bem administrado. Não como um apêndice incômodo, um A sequioso para cair da sigla - APPA - Administração dos Portos de Antonina e Paranaguá, segundo a vontade do Superintendente. Em 1992, acaba a concessão federal para que o Estado gerencie os portos de Paranaguá e Antonina; a intenção do Governador Álvaro Dias é prorrogar essa concessão por mais 10 anos, mas nunca com Antonina de fora e é este o nosso desafio, Sr. Francisco Deliberador. Mostre que dois anos em baixa não significa um fracasso para o Porto de Antonina. Se não conseguir, terá demonstrado o Sr. Superintendente do Porto de Paranaguá - já nem falo mais em Antonina -, que a sua administração, essa sim, conseguiu fracassar, calando um Porto e uma população que há decênios vem desafiando as incertezas, mas, vem dando, com todo o vigor de moradores primeiros deste chão abençoado que é o Paraná: com a sua cultura, com a sua tradição e com o seu trabalho, Antonina e Paranaguá, porque não dizer, foram em determinado instante, o sustentáculo da civilização paranaense. Foram os paranaenses que se insurgiram contra medidas restritivas da coroa portuguesa, foi ali também, berço de grandes nomes do Paraná, o maior de todos: Bento Munhoz da Rocha Neto, que surgiram os primeiros movimentos

para a emancipação política. Não é possível que condenemos, pelo fracasso de um ou dois anos, de movimento portuário, condenemos uma população ativa, trabalhadora e vibrante a perder o seu porto, a esquecer a sua tradição.

Tenho certeza de que o Governador não vai permitir isso e que deve, neste instante, chamar o Superintendente e dizer para ele que em "em boca fechada não entra mosca", para ele parar de falar besteira, porque não se agride um povo, não se agride uma comunidade.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede-me um aparte?

(Assentimento)

Eu gostaria antes de dizer, de falar com relação à desativação do Porto de Antonina, Vossa Excelência levantou com relação também ao Projeto nº 81/89 de autoria do Deputado Antônio Annibelli.

Quero ser solidário a Vossa Excelência e já comunicar também à Bancada do meu Partido, de que votarei contra este Projeto de Lei. Votarei contra em razão que deve existir um mútuo respeito entre os legislativos. E entendo que esse Projeto não deveria ser apreciado pela Câmara de Vereadores do município de Ourizona em comum acordo com o atual Prefeito. Nós tivemos um caso típico no município de Cianorte, não foi com o falecimento do Prefeito, mas sim, na época, de um Vereador que exercia o seu mandato e através de nossa autoria, na época, em consonância com o Prefeito Municipal, nós criamos uma lei que o município até hoje dá pensão à esposa do ex-Vereador.

Eu entendo que esse Projeto é inoportuno e seria um confronto de poder. A Assembleia Legislativa do Paraná estaria desrespeitando a Câmara Municipal de Ourizona. Eu faço um apelo à minha Bancada, aos Srs. Deputados, para que se possível, até a retirada desse Projeto de Lei para um melhor estudo e ao mesmo tempo, também criticar a Comissão de Constituição e Justiça de ter permitido a passagem desse Projeto de Lei.

Quando Vossa Excelência levanta a questão do Porto de Antonina, Vossa Excelência, Deputado Eroniy, que sempre admirei a sua postura, o comportamento de Vossa Excelência nas decisões afirmativas e responsáveis que tem tido durante o longo do tempo neste Poder Legislativo.

Quero ficar solidário também a Vossa Excelência nessa questão e acho até uma posição que tomei conhecimento nesse momento, por Vossa Excelência, da desativação do Porto e acho até um confronto da direção do Porto, com relação ao Governo do Estado, uma vez que o Governador está empenhado e que conseguiu a assinatura on-

algumas verdades, para uns são verdades, para outros não, mas, nem todas as verdades são as mesmas verdades para todos. Vejo Vossa Excelência, falar hoje aqui na tribuna do parlamentarismo com entusiasmo, com convicção de que é uma idéia, um sistema de governo que este País precisa. Viver, falar que realmente o Brasil não pode se curvar, ao eventual conceito da autonomia suprema do voto que escolhe o governante por 5 ou 6 anos, e depois em nome dessa pseudo supremacia popular, sacrifica-se o mesmo povo durante esses 5 anos, na medida em que esse governante erra, na medida que este governante se desvia dos seus programas, que no momento da pregação não eram demagógicos, porque ele convenceu, mas, no momento da ação ele se transforma em um demagogo maior.

Razão porque é importante ver nessa sua caminhada, que Vossa Excelência traz idéias novas, que se somam com outros partidos, e com outras caminhadas, que afinal de contas, lá pelas tantas, de repente se chega no mesmo sentido.

E, digo isto, no momento em que nós estamos com o nosso Projeto de Constituinte; isto mostra também que poderemos fazer a Constituição, como foi lá, a Federal, tendo essa concepção universalizada das decisões que se possam fazer aqui. Não a concepção partidária, passageira, não a concepção brutal, mas, sim, a concepção mais abrangente, mais universal do Brasil, que nós queremos.

Os meus votos de que a sua estada aqui no Paraná seja de pleno sucesso, mas que não seja apenas uma vinda agora pleiteando a Presidência como candidata do seu Partido, do PFL. Venha outras vezes; faço-lhe um convite para vir aqui debatermos o Parlamentarismo, fazendo com que essa idéia, se transforme num momento importante do Brasil, e que, possamos convencer à sociedade brasileira num futuro plebiscito, já marcado pela Constituição Federal, de que o Brasil, um dia seja parlamentarista, e como tal, comecemos a governar diferente.

Minha saudação, meus cumprimentos a Vossa Excelência, pela sua vitalidade, pelo seu entusiasmo, pelo idealismo que irradia, quando fala verdades como esta, que eu acabei de ouvir aqui.

Muito obrigado, e minha saudação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra o Deputado Nestor Baptista, para falar em nome do PMDB, saudando a nossa ilustre visitante.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhoras Deputados, nossa ilustre visitante, Deputada Sandra Cavalcanti.

Quero começar, ocorreu-me há pouco, com um pequeno trecho que li de Tiago de

Mello: "Ganhei sofrendo a certeza de que o mundo não é só meu. Mais que mudá-lo o que importa é trabalhar na mudança do que é preciso mudar, cada um na sua vez, cada qual no seu lugar."

Sandra, permita-me chamá-la de você, você é uma mulher maravilhosa. Maravilhosa sem ser alta, morena, de olhos verdes, nem loira de olhos azuis, cabelos longos, mas, uma mulher maravilhosa pela inteligência que tem emprestado a este País, ao seu Rio de Janeiro, a Brasília ou à nossa Constituição ou àquilo que deve e tem que representar a mulher no cenário da vida política brasileira, do cenário internacional, como bem frisou o companheiro Deputado Nereu Massignan.

A Bancada do PMDB, o PMDB do Paraná, que tem um governante que tenho certeza sempre que for lembrado receberá também os seus cumprimentos. Homem austero, sério, pregador da moralidade, trabalhador e com vontade também de transformar este País. Por isso, hoje, ao recebê-la aqui, sem constrangimento nenhum, em nome da Bancada do PMDB, em nome do nosso Líder, Deputado Lauro Lobo Alcantara, tenho certeza que posso dizer que o seu trabalho é dignificante em todos os aspectos. Esta sua peregrinação, hoje aqui, amanhã em São Paulo, depois em Porto Alegre ou no Nordeste Brasileiro, por si só já é uma caminhada vitoriosa. Não importa o resultado final a ser alcançado em 15 de novembro, evidentemente a Bancada do PMDB estará torcendo inicialmente pelo seu candidato, mas, estará torcendo muito mais pela vitória do povo brasileiro que há de chegar. E acredite, Sandra, mulher maravilhosa, aqui também, neste Parlamento, temos três Deputadas que só fazem engrandecer a política do Paraná: Deputada Irondi Pugliesi, Deputada Vera Agibert e a Deputada Amélia Hruschka que aqui não se encontra. Em cada uma delas, talvez, uma idéia ou outra diferente, uma questão programática ou ideológica talvez, também um pouco diferente, diferente até das idéias de Sandra Cavalcanti, mas, com apenas um objetivo: o objetivo de fazer com que este País um dia seja dos brasileiros e que nós não tenhamos que esperar cinco anos. Não, que isto venha o mais rápido, que os nossos sonhos possam se realizar e que a gente possa até aqui lembrar Fernando Pessoa, quando diz: "Não sou nada. Não posso querer ser nada, mas, tenho em mim todos os sonhos do mundo."

O Paraná recebe você, Sandra Maravilhosa, de braços abertos, com muito carinho, com muito amor e com muito respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa agradece a presença da Deputada Sandra

tem da Ferroeste que trará divisas muito mais para o nosso Porto de Paranaguá e quem sabe até, uma maior ativação do Porto de Antonina para atender às necessidades de exportação do nosso Estado.

Nós sabemos também da luta que existe no término da construção que liga o Paraná com o Mato Grosso do Sul, que as exportações do Mato Grosso do Sul se possibilitará via o Porto de Paranaguá.

Gostaria de ser solidário neste momento a Vossa Excelência, e se permitir, gostaria também de ser o porta-voz ao Governador Álvaro Dias, para que não tome atitude, sem fazer uma avaliação, entendendo as necessidades do nosso Estado.

Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sou eu quem agradece a Vossa Excelência e até faço um apelo a Vossa Excelência: não sou representante do povo de Antonina.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Também não sou, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Mas faço um apelo a Vossa Excelência, para que leve ao Governador do Estado, essa posição que não é sua, não é minha, mas é do povo de Antonina.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Com todo o prazer.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado Erondy Silvério, os dois aspectos abordados por Vossa Excelência no Grande Expediente nesta tarde, são importantes.

O primeiro, relativo às pensões que se pretende conceder a viúvas de ex-prefeitos. Até por uma questão, quem sabe de ética, melhor fosse que o Executivo retirasse a sua Mensagem e nós também aguardássemos o retorno do Deputado Annibelli para ouvirmos as suas razões que, o que me parece, Vossa Excelência tem profundas razões neste aspecto.

Em segundo lugar, quanto ao Deputado Manfrinato que faz críticas à Comissão de Constituição e Justiça, ela nada mais fez do que o seu papel, a de 'analisar' a constitucionalidade ou não da matéria que lhe é enviada.

Vossa Excelência que foi um brilhante membro da Comissão, sabe perfeitamente que nós não abordamos, na Comissão de Constituição e Justiça, o mérito. Nós não entramos no mérito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Exatamente. O mérito. Não se entra no mérito.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nós não entramos no mérito. O mérito é do Plenário. Guarde-se a independência do Plenário para debate desta natureza em que os fatos são trazidos.

A respeito do Porto de Antonina, não tenho a menor ligação política, familiar com o litoral do Estado do Paraná. É lamentável que se pretendia fechar o Porto de Antonina que vem encontrando sérias dificuldades há bastante tempo e que têm sido superadas, como diz Vossa Excelência. Eu acho que o papel do Sr. Deliberador seria o de encontrar fórmulas de ativar mais o Porto e não pregar...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Perfeitamente.

O Sr. Edmar Luiz Costa - ... e não pregar o fechamento de mais essa porta de exportação do Brasil e principalmente do interesse do Paraná e das tradições do Paraná. Aliás, como diz Vossa Excelência, uma clareza meridiana, o Sr. Deliberador é um estranho no ninho, pelo que a gente nota nos noticiários da imprensa. Ele foi Prefeito de uma cidade no Norte do Paraná, que ao que me consta não tem Porto, posteriormente ele esteve no DETRAN, esteve em outros órgãos do Estado e acabou sendo guinado à Superintendência dos Portos do Estado do Paraná. Parece-me que ele deve entender provavelmente de canoa e olhe lá. Eu acho que ele realmente está fora do ninho.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Inscrevo-me a mais um aparte, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Com todo o prazer.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Apenas para responder ao Deputado Edmar Luiz Costa com relação à crítica que faz da Comissão de Constituição e Justiça. Discordo quando diz que o mérito da matéria tem que ser apreciado em Plenário. Acho que uma matéria como esta, Deputado Erondy, entendo seja, inconstitucional.

É inconstitucional porque envolve questões financeiras do Estado. Acho que uma matéria - respeito até a posição disso, acho que a viúva terá que ter uma pensão para a garantia dela e dos seus filhos ... não podemos legislar também apenas com a questão de coração, temos que legislar sabendo que a matéria é inconstitucional.

O que quis dizer com relação à Comissão de Constituição e Justiça é que esses tipos de matérias não poderiam vir ao Plenário da Assembléia Legislativa para gerar uma polêmica, se aprovada, será vetada pelo Governador do Estado.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVERIO - Por nada. Eu agradeço ...

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado?

O SR. ERONDY SILVERIO - Pois não, Deputado.

O Sr. Algaci Túlio - Quero aproveitar o momento em que Vossa Excelência analisa a situação do Porto de Antonina para dizer que Vossa Excelência está cheio de razões nas suas posições. Lamentavelmente aquela cidade portuária - que deixará de se chamar cidade portuária porque o Porto vai, então, desaparecer - vem sofrendo uma situação calamitosa, pois estivemos lá na semana passada e constatamos isto.

Disse bem o Deputado Edmar Luiz Costa, a solução não seria desativar o Porto, mas achar alternativas para que o Porto viesse a ser utilizado.

Estive em Morretes, Deputado, na ocasião da Festa Artesanal, e o Prefeito Sebastião Cavanholi reclamava da pouca atenção dada à sua cidade através do Governo do Estado do Paraná.

Parece-me, então, que Vossa Excelência traz hoje a esta Casa um assunto por demais importante: a situação hoje do nosso Litoral, completamente abandonado no que diz respeito, e principalmente, à questão da segurança. Recebi aqui, anteontem, uma comissão de moradores de Paranaguá que reclamavam da ausência de uma maior segurança no Litoral do Paraná. E sabem todos que nas áreas de portos sempre ocorrem os problemas de contrabandos, de drogas. E Paranaguá não foge a esta regra.

Por isso, quero aproveitar o gancho que Vossa Excelência me dá neste momento para solidarizar-me com Vossa Excelência, com a sua posição de que é necessário que esta Casa levante a bandeira, o grito, por Paranaguá, por Antonina, por Morretes, que são cidade históricas, por onde passaram nossos antecessores que chegaram até Santa Felicidade, Bom Retiro, Abranches.

No entanto o que sentimos? O nosso Litoral está muito esquecido.

Parabéns pelo assunto que Vossa Excelência traz hoje à Assembléia Legislativa. Muito obrigado!

O SR. ERONDY SILVERIO - Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Horário das Lideranças.

PTN com a palavra.

(Declina).

PTE.

(Declina).

PDC.

(Declina).

PDT. Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente Senhores Deputados, lamentavelmente nesta semana que estamos vivendo, a imprensa paranaense, nacional, tomou conhecimento da aquele caso que envolveu um policial civil que acabou provocando um acidente onde oito jovens foram atropelados. O Governador do Estado do Paraná, parece-me, não está mais com a caneta tão cheia como em outros períodos, aproveita-se de qualquer assunto que possa merecer algum destaque nacional para se colocar no meio dele.

Sua Excelência, através da sua Comunicação Social, vem a público dizendo que ele, Governador Álvaro Dias, estava pedindo a prisão preventiva, solicitava ao Poder Judiciário a prisão preventiva ao policial causador da tragédia.

Ora Senhores Deputados, nós temos uma Polícia que se não é das melhores, é uma das boas polícias deste País, que se não é a melhor, é porque não tem instrumento, não tem estrutura para isso; nós temos o Poder Judiciário, que é dos mais respeitáveis neste País, que não precisa de nenhum conselho do Governador, de nenhum pedido de Sua Excelência, para que se peça a prisão preventiva desta ou daquela pessoa.

Disse Sua Excelência que aqui no Paraná não se permitiria a impunidade. Ora, se não se permite a impunidade no Estado do Paraná, Sua Excelência o Governador do Estado, haveria antes e acima de tudo solicitar ao seu irmão Secretário da Agricultura, que viesse a público e explicasse realmente o que é que aconteceu na denúncia feita pelo Deputado Alborghetti, aqui nesta Casa, em relação ao episódio do óleo diesel no interior do Estado do Paraná.

Se não houvesse a impunidade no Estado do Paraná, nós já teríamos na cadeia muitos daqueles que ... o próprio Governador no início da sua gestão disse que o lugar deles seria na cadeia.

No entanto, nós não vimos até agora, nenhum desses elementos na cadeia ainda.

Outro assunto que me traz também a esta tribuna, e eu quero apenas completar este aqui, dizendo que, a matéria da assessoria de Comunicação Social do Palácio Iguaçu, disse que o Governador inclusive teria tido uma reunião com o Juiz Otávio de Cezar Valeixo, Secretário da Segurança Pública, quando então ele, o Governador pediu a prisão preventiva.

Isto dá a entender, que por interferência somente por interferência de Sua Excelência é que saiu a prisão preventiva do Policial. Isto diminui inclusive, o nosso Poder Judiciário, causa o constran-

gimento dentro da própria polícia, quando de repente dá a entender à população, de que se o Governador não tivesse pedido a prisão preventiva não teria acontecido.

Então, parece-me que Sua Excelência, na tentativa de aparecer, porque politicamente está praticamente desaparecido, e isso ficou provado porque dentro do seu próprio Partido, acabou sendo derrotado e não contou com todos os votos dos delegados do seu Partido aqui do Paraná, na convenção do seu Partido, procura utilizar-se de outros meios para aparecer.

Concedo aparte ao Senhor Deputado Haroldo Ferreira.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Nobre Deputado. Normalmente eu não costumo me referir nesta Casa a respeito da questão de Segurança no Paraná. Porque temos nobres Deputados aqui que muito bem nos representam nessa área, como Vossa Excelência, como o Deputado Alborghetti, o Deputado Raul e demais Deputados nesta Casa.

Mas, fui obrigado a vir a esta tribuna recentemente para denunciar fatos que ocorreram na minha cidade do crime organizado, fazendo pressão através de pistoleiros, sobre pessoas de bem da cidade com a finalidade de extorção. E eu fui criticado, violentamente na minha cidade a nível da imprensa, onde foi colocado que eu era um Deputado irresponsável, um Deputado que não sabia do que acontecia em Francisco Beltrão, acusado pelo Prefeito Municipal, inclusive recebi moção de repúdio dos Vereadores por eu estar denegrindo a imagem da cidade de Francisco Beltrão.

Nem bem fiz essas declarações e denúncias aqui, explodiu recentemente 10 a 15 dias depois das minhas declarações, um ato desesperador e altamente deplorável da Segurança do Município de Francisco Beltrão, onde policiais num carro particular sem chapa, policiais misturados com não policiais, abordaram famílias em 4 caminhões que estavam viajando para Mato Grosso, deitaram assim como fizeram aqui, Curitiba, todas as pessoas no asfalto: crianças, mulheres, estorquiram seiscentos cruzados do motorista, fizeram pressão dizendo que as pessoas estavam carregando maconha no caminhão, levaram para a delegacia e finalmente se deram mal porque neste momento entreviu o Senhor Pimentel de Palmas, uma pessoa de bem mas de grande poder, que questionou, foi à Delegacia, foi à Rádio, denunciou. E o Deputado Haroldo, que tinha sido naquele momento, intransigente, e que tinha sido, inclusive, de uma certa forma denegrindo a imagem do Município de Francisco Beltrão, hoje é visto na Cidade como o Deputado que realmente tinha razão.

Eu faço coro às suas colocações e a semana que vem eu vou ter o cuidado de fa-

zer um pronunciamento nesta Casa a respeito da questão da segurança no Paraná, que realmente muito deixa a desejar.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado Haroldo Ferreira. Só para completar, Senhor Presidente, para que a probidade, a honestidade, a competência e dedicação do Juiz Otávio César Valeixo, da 1ª Vara de Delitos de Trânsito não seja colocada em xeque, de que apenas decretou a preventiva porque o Governador pediu, quero deixar bem claro aqui que o juiz decretou a preventiva às 8:00 horas da manhã. E o Governador recebe uma comissão de moradores de Vilas Oficinas, às 14:00 horas, quando disse que iria se reunir com o Secretário e o Juiz. Portanto, a preventiva foi decretada por livre e espontânea vontade, por entendimento do Juiz sem qualquer interferência do Governador. O que pagou mal, na verdade, foi a nota da imprensa, que deu a entender que houve uma interferência de Sua Excelência para que esta preventiva fosse solicitada.

Além de que, ontem, o Tribunal de Justiça, tentava fazer uma nota à imprensa, esclarecedora, e segundo uma informação que recebi, um pedido vindo do Palácio, numa espécie de censura, dizia que era para ficarem quietos, não comentar mais sobre o assunto.

Quero aqui, mais uma vez, repudiar este tipo de atitude onde me parece que se implanta mais uma vez, neste Paraná, a censura à imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PSDB se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL, se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados: uma pergunta está no ar e não foi devidamente respondida. A pergunta é: quem governa os governantes?

Lê):

"Retorno à produção! Esta foi a temática da campanha publicitária patrocinada pela classe empresarial que inundou Curitiba nestes últimos dias.

E quem governa os governantes? Este foi o questionamento lançado pelos empresários, enfatizando o cunho liberal do movimento. Realmente, é extremamente oportu-

no que nos perguntamos: quem governa os governantes?

Os trabalhadores não podem ter a menor ilusão de governar ou controlar os governantes. Basta ver a política desfavorável seguida pelo governo. Os dados estão aí para mostrar que a classe trabalhadora tem sido a principal vítima da crise.

O discurso dos empresários a favor da recuperação dos salários chega a soar como uma peça de cinismo. Se houvesse o mínimo de sinceridade nesta declaração, a grande maioria das recentes greves teriam sido evitada.

O material promocional distribuído pelos empresários, registra a seguinte declaração:

"É inaceitável que o governo continue a achatar os salários dos trabalhadores; a manter a economia paralisada; impedir com sua política econômica o surgimento de novas indústrias e empresas e a dar grandes aumentos de salários nas empresas estatais".

Este trecho é suficiente para expor as contradições e incoerências do discurso liberalizantes de certos dirigentes empresariais. Como é possível defender o fim do achatamento dos salários e ao mesmo tempo condenar os "grandes aumentos de salários nas empresas estatais". A primeira observação a fazer é que desconhecemos os grandes aumentos. Ao contrário, temos assistido a um sistemático achatamento salarial também no setor público. Os números, mesmo oficiais, estão aí para comprovar isso. Em segundo lugar, é uma bruta incoerência dos empresários exigir uma equiparação por baixo. Se eles acham que os empregados das estatais recebem tão bem, porque não elevam os salários na iniciativa privada?

Outra prova da absoluta falta de sinceridade desta postura é a ferrenha oposição do setor empresarial ao aumento do salário-mínimo. Quem governa os governantes? Com toda certeza não são os milhões de trabalhadores que recebem o miserável salário-mínimo de NCZ\$ 80,00.

"O salário tem o tamanho do mercado". Aumentando a produção, aumentamos o mercado e o salário". Eis aqui outra palavra de ordem apregoada pelos empresários. Esta declaração ficaria muito bem na boca do ex-Ministro Delfim Neto, que sempre deferiu o aumento do bolo para depois fazer a partilha. No entanto, o bolo cresceu muito, mas as migalhas reservadas aos trabalhadores são cada vez mais escassas.

A concentração de renda neste País é criminosa. Dizer agora que o salário tem o tamanho do mercado é defender as distorções existentes hoje no País; é respaldar a exploração desenfreada que se pratica contra os trabalhadores.

"Quem determina o tamanho do salário e

do mercado? A ganância dos patrões. É inconcebível que o País que se orgulha de ser a oitava economia do mundo capitalista, ostente os salários mais ínfimos e aviltados. Será que o nosso mercado ainda não alcançou o tamanho da economia do Paraguai, da Bolívia ou dos países africanos? sem desmerecer estas nações.

Tenho para mim que é mais correto afirmar que o salário tem o tamanho da consciência de justiça social do empresariado. Destacando honrosas exceções, não temo cometer injustiça ao afirmar que a consciência do nosso empresariado está mais perto da escravidão do que da justiça social defendida pelas democracias ocidentais.

Quem governa os governantes? Esta pergunta é muito fácil de ser respondida pelo cidadão comum, com consciência política. Sem recorrer a terminologias desgastadas, podemos afirmar que o poder sempre esteve associado ao poder econômico. Daí que os governantes são governados pelos donos do capital. É a classe dominante que se confunde com o poder. São os empresários que financiam seus representantes, mantendo absoluto controle sobre o poder político.

Quem governa os governantes? Basta fazermos uma rápida análise, começando pelo nosso Governo do Estado. Vocês já viram o governador Álvaro Dias convocar os representantes dos servidores e dizer: qual o reajuste que vocês desejam para ter um salário digno? Isso nunca aconteceu, nem vai acontecer. Agora, eu já presenciei os empresários dizendo quais as medidas que o governo deve adotar e sempre serem atendidos. Foi assim na aprovação da Lei do ICMS. Aquilo foi a prova concreta de quem governa o governo do Estado. Isso para não falar no tratamento dado pelo Governo às empreiteiras.

E quem governa o Sarney? Será que é a CUT, os sindicatos, os trabalhadores? Certamente que não. Mas, é a FIESP, a CNI, os grandes grupos econômicos. Estes sim, governam os governantes. Demitem ministros exigem mudanças na legislação, pressionam de todas as formas e sempre são atendidos.

O plano verão foi concebido ao sabor dos interesses destes grupos que controlam os governantes. Quem foi beneficiado pela ciranda financeira? Os trabalhadores? Os assalariados? Os banqueiros, empresários?

Quem governa os governantes? Os trabalhadores precisaram fazer uma greve geral e milhares de greves setoriais para alcançar uma reposição salarial que é irrisória diante da inflação acumulada. Já os empresários, antes do plano verão completar um mês, já haviam conseguido a liberação de alguns preços. A inflação acumulada nos primeiros quatro meses deste ano é de

100.83%, de acordo com o IPC de 80.39%, pela INPC. De quanto foi o reajuste médio dos trabalhadores brasileiros neste período? E os servidores estaduais? Vão receber 9% este mês, quando a inflação prevista está acima de 10%, elevando para além dos 120% a inflação acumulada no ano.

Quem governa os governantes? Por enquanto, parece claro que não são os trabalhadores. Porém, temos uma chance histórica única de assumir a condição de governantes dos governos. Isso será conquistado em 15 de novembro, com a eleição de Luiz Inácio "Lula" da Silva. Aí, sim, os empresários poderão perguntar: Quem governa os governantes? E nós responderemos: os trabalhadores. Por enquanto, eles são os grandes responsáveis pelo que está aí".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constantes do expediente. Necessitam de apoio.-Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 12/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 12/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 09/89), que objetiva instituir na estrutura organizacional básica do Poder Executivo Estadual, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social - SEJA, como resultado da fusão da Secretaria de Estado da Justiça - SEJU, com a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - SETA, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, quanto ao aspecto constitucional. - **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 174/88, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que denomina "Rodovia do Alcool" o trecho da PR-457, compreendido entre a sede do Distrito de Marisa no Município de São Pedro do Ivaí, até o entroncamento com a PR-082, no Município de São João do

Ivaí, conforme específica. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 58, de 14.06.88).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 340/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que dispõe sobre a instituição da identidade estudiantil nas escolas públicas do Estado do Paraná. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 135, de 14.12.88).

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 81/88), que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel na cidade de Porecatu, com as benfeitorias nele existentes, pelo imóvel de propriedade de Odivar Pereira Donato na mesma cidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 95/88, (Mensagem nº 95/88, ex-Proposição nº 92/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 28.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios que especificam, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 96/88, (Mensagem nº 111/88, ex-Proposição nº 104/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 03.09.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Município de Nova Lomirina, objetivando a execução das atividades do Núcleo de Profissionalização Rural, no sentido de promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do jovem do campo. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 02/89, (ex-Proposição nº 03/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que aprova as contas da aplicação de dotação da Subvenção Social, dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1988, regulamentadas pela Resolução nº 55/83 e Decretos Legislativos nº 138/88, de 20 de maio de 1988, conforme ofícios nº 02 e 03/89, do Departamento Financeiro. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/87, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que dispõe sobre a obrigatoriedade em âmbito estadual, o uso de datilografia ou letra de forma escrita dos nomes de me-

dicamentos, nas receitas médicas e odontológicas, conforme específica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria, e PARECER FAVORÁVEL da C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 98/87, de 15.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 227/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, dispõe sobre a obrigatoriedade em âmbito estadual do uso de datilografia ou letra de forma na escrita dos nomes de medicamentos, nas receitas médicas e odontológicas.

A matéria já foi objeto de apreciação por parte desta Comissão de Constituição e Justiça, tendo sido apresentado parecer favorável que foi rejeitado pela maioria de seus membros.

Cumprindo o disposto no artigo 60, § 5°, do Regimento Interno, foi designado novo Relator.

A medida proposta, embora possa ser considerada positiva, não se revela constitucionalmente aceitável. A letra do cidadão integra a sua personalidade e além do mais, o assunto nos parece mais da competência dos Conselhos Federais das respectivas profissões.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer Contrário, opinando pela rejeição do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01.12.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 227/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 227/87, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, objetiva tornar obrigatório o uso de datilografia ou letra de forma na escrita dos nomes de medicamentos, nas receitas médicas e odontológicas, conforme específica.

Em 20 de junho de 1988, enviamos expediente ao Dr. Luís Carlos Sobânia, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, chamando-o a opinar a respeito da questão em tela.

O Conselho Regional de Medicina opinou favoravelmente à aprovação da matéria, justificando que, se transformada em Lei, será facilmente aplicável, não trazendo qualquer prejuízo ao profissional que prescreve o medicamento, muito pelo contrário, facilitando a sua missão (cópia do parecer em anexo).

Isto posto, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.05.89.

(aa) LAURO LOBO ALCANTARA - Presidente
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 306/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS ROTARIANAS DE LOANDA, com sede e foro no Município de Loanda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 115, de 21.11.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 306/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Loanda, com sede e foro em Loanda.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 341/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINA DA LAGOA - APAE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 135, de 14.12.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 341/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina da Lagoa - APAE.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

28/89, de autoria do Deputado ALGACI TÍLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOÃO ZENON DE FERREIRA BANDEIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publ. no D.A. n° 06, de 07.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 28/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor João Zenon de Ferreira Bandeira. Este plano de lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n° 5638, de 13.09.67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de título de cidadania paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
JOÃO ARRUDA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 33/89, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS ATENAS I. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publ. no D.A. n° 06, de 07.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 33/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Moradias Atenas I. Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
JOSE AFONSO JÚNIOR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 39/89, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA VI-

Curitiba, quarta, em 17.05.89

LA PINTO, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publ. no D.A. n° 09, de 16.03.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 39/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores da Vila Pinto, com sede e foro em Curitiba - PR.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6994, datada de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 07.01.85, sob a inscrição n° 9824, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à Comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta o aprimoramento da formação cívica, moral e cultural, promove obras de Assistência Social à Comunidade e atende outras finalidades que se harmonizam com o ideal da Associação.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal e normal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 75/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro na cidade de São Carlos do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publ. no D.A. n° 21, de 12.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 75/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na cidade de São Carlos do Ivaí.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
JOÃO ARRUDA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 81/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que concede pensão mensal a IRENE TASSI SAVOLDI, viúva do ex-Prefeito do Município de Ourizona, Irineu Aparecido Savoldi, no valor equivalente a três (03) salários-mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 23, de 18.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 81/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, visa conceder a Irene Tassi Savoldi, viúva do ex-Prefeito do Município de Ourizona, Irineu Aparecido Savoldi, uma pensão mensal no valor equivalente a três (03) salários-mínimos de referência, deixando esta de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

A medida é por todos os aspectos indiscutivelmente justa e oportuna, pois visa assegurar meios de sobrevivência à viúva do senhor Irineu Aparecido Savoldi, falecido em acidente automobilístico, quando ainda no desempenho do mandato de Chefe do Executivo Municipal de Ourizona, para cujo cargo foi eleito nas eleições de 15 de novembro de 1982.

Por tais fatos, manifestamos o nosso parecer Favorável, nos permitindo ainda opinar pela aprovação da referida matéria, pelo alto teor humano nela contido.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 91/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 44/89), que concede pensão mensal a MARLENE ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito do Município de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor equivalente a dois (02) salários-mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no D.A. n° 26, de 24.04.89, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 91/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, origina-se

da Mensagem Governamental n° 41/89, que visa conceder a Marlene Ziolonka, viúva do ex-Prefeito do Município de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor equivalente a dois (02) salários-mínimos de referência, deixando esta de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

A medida é por todos os aspectos indiscutivelmente justa e oportuna, pois visa assegurar meios de sobrevivência à viúva do Senhor Antônio Alceu Zielonka, recentemente falecido, quando ainda no desempenho do mandato de Prefeito de Piraquara, para cujo cargo foi eleito nas eleições de 15 de novembro de 1982.

Por outro lado a iniciativa está plenamente de acordo com os dispositivos constitucionais, uma vez que a matéria ora proposta é de competência do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, como dispõe o artigo 25, § 1°, letras A e C, da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, e não existindo óbice algum para sua regular tramitação e consequente aprovação do presente plano de lei, manifestamos o nosso parecer Favorável, nos permitindo ainda opinar pela aprovação da referida matéria, pelo alto teor humano nela contido.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Sobre os referidos projetos, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação dos Projetos de Lei n° 81 e 91/89, pelo prazo de 10 (dez) sessões. Aprovado.

Ficam, portanto, retirados por 10 (dez) sessões, os Projetos de Lei n° 81 e 91/89.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 92/89, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 45/89), que objetiva alterar o Anexo de que trata o Art. 290, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, com suas posteriores alterações, no tocante ao número de cargos da carreira de Escrivão de Polícia Feminino. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26, de 24.04.89, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/89, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que estabelece critérios para tombamento de bens particulares no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 31, de 03.05.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 106/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, visa regulamentar a inscrição de imóveis em Livros de Tombo.

Analisando a justificativa apresentada, vê-se claramente que se trata de medida justa e que foram respeitados os dispositivos legais ora em vigor. Assim sendo, chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a opinar sobre o aspecto legal e constitucional da matéria em questão, nada encontra que possa impedir a normal tramitação da mesma por esta Casa.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI n° 106/89
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Lei de iniciativa do Poder Executivo, submetida à Assembléia Legislativa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, regulamentará a inscrição nos Livros do Tombo, dos imóveis referidos no Art. 5°, da Lei n° 1211, de 16 de setembro de 1953.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 78/88 (Mensagem n° 104/88, ex-proposição n° 100/88), oriunda do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios n° 14, 15, 16, 17, 18 e 19, de 11.08.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da COMEC, e os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas de pavimentação de vias urbanas. - Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO N° 100/88
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 78/88

Art. 1° - Ficam aprovados os Convênios n° 14, 15, 16, 17, 18 e 19, de 11 de agosto de 1988, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente,

Curitiba, quarta, em 17.05.89

com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e respectivamente os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas de pavimentação de vias urbanas.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 100/88

P A R E C E R:

A presente proposição, originária da Mensagem n° 104/88, destina-se a obter na Assembléia Legislativa o necessário "referendum" aos Convênios n° 14, 15, 16, 17, 18 e 19, de 11 de agosto de 1988, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e respectivamente os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas de pavimentação de vias urbanas.

Com efeito, subordina-se a matéria à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, conformando-se, desse modo, o processo às exigências de ordem constitucional e regimental.

Dos termos da justificativa, ressaltam a conveniência e oportunidade da medida, atendidos os altos interesses da Administração.

Nestas condições, somos de opinião FAVORÁVEL à ratificação da Proposição, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 88/88 (Mensagem n° 90/88, ex-proposição n° 87/88), oriunda do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Termos de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Cianorte, objetivando ação conjunta no sentido da execução de melhoramentos, administração e conservação do Aeroporto daquele Município. - Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO N° 87/88

Encaminhada pelo Poder Executivo, para referendo deste Poder, a proposição ora examinada trata de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Transportes e o Município de Cianorte, com vistas à implementação de melhorias no aeroporto daquele Município.

O termo recebeu tratamento condizente com a legislação aplicável à espécie.

Dessa maneira, opinamos pela aprovação do mesmo, na forma do projeto de resolução que em anexo oferecemos.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ERONDY SILVERIO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 03/89 (ex-Proposição nº 10/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1988. - Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único - São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 1988.

Sala das Comissões, em 20.02.89.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

WERNER WANDERER - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 10/89

P A R E C E R:

A presente Proposição tem por finalidade a prestação de contas junto a este Poder Legislativo, da verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1988, repassada à Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná -CABENFALE.

De acordo com o Ofício nº 005/89, da entidade acima mencionada, o total da verba repassada por este Poder Legislativo, no exercício de 1988, foi num montante de Cz\$ 10.328.000,00 (dez milhões, trezentos e vinte e oito mil cruzados). Nas alegações aqui apresentadas, tal importância caracterizou-se como insuficiente para o atendimento efetivo que vem sendo prestado pela CABENFALE ao seu corpo associativo, visto que o total efetivamente aplicado foi no valor de Cz\$ 33.620.799,25 (trinta e três milhões, seiscentos e vinte mil, setecentos e noventa e nove cruzados e vinte e cinco centavos), configurando-se uma diferença aditiva de Cz\$ 23.292.799,25 (vin-

te e três milhões, duzentos e noventa e dois mil, setecentos e noventa e nove cruzados e vinte e cinco centavos). Essas aplicações da verba, inclusive a aditiva, encontram-se justificadas tendo em vista o número elevado de atendimentos médico-hospitalares, que a entidade atende, e aos elevados custos, inflacionados pela crise que o País atravessa.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação da prestação de contas aqui apresentada, com a devida baixa de responsabilidade junto aos órgãos competentes desta Casa, através de Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.02.89.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

WERNER WANDERER - Relator

Sobre a mesa, requerimento de nº 892, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 861, de autoria do Sr. Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 860, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 890, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 891, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 895, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 914, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 855, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 875, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 886, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 888, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 899, de autoria do

Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de nº 910, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 911, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 869, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 871, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 850, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 856, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 854, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 852, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 851, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 849, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 853, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 862, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 863, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 864, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 865, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 866, de autoria do

Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 867, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa. Requerimento de nº 868, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 870, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 872, de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 873, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 874, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 876, de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 877, de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 878, de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 879, de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 880, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 881, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 882, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 883, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 884, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 887, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 893, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 894, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 896, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 897, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 898, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 907, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 906, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 905, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 900, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 901, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 902, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 903, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 904, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 912, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 913, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 916, de autoria do Senhor Deputado Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 908, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 909, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 885, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, com apoio dos Senhores Deputados Valderi Mendes Vilela, Algaci Túlio, Namir Piacentini e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 745, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário que aguardem nas laterais.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Rafael Greca, queiram conservar-se como estão.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. **Aprovado.**

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Chamada nominal, Senhor Presidente. Eu requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está aprendendo. Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados. Antes, porém, da leitura da chamada nominal, a Mesa anuncia para amanhã a Proposição nº 36/89, veto apostado ao Projeto de Lei nº 69/89, que reajusta os vencimentos dos funcionários públicos do Estado. O processo de votação a ser adotado na sessão de amanhã: A Mesa esclarece ao Plenário, que para a votação da Proposição nº 36/89, adotará o disposto pelo Parágrafo 4º, do Artigo 66, da Constituição Federal, ou seja: (Lê artigo 66 - § 4º).

E esclareço aos Membros da Comissão que será nomeada, que qualquer impugnação, se verificada alguma irregularidade, deverá atender ao que se acha no disposto nos artigos 169 e 171 do Código Eleitoral, conforme decisão já adotada pela Mesa, ou

seja, deverá ser formulada antes da proclamação do resultado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem), Senhor Presidente.

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - Pela Ordem, Senhor Presidente. Eu gostaria de registrar, no Plenário, desta Casa, a presença do Senhor Prefeito de Ourizona, Domingos Calvo, do Presidente da Câmara de São Jorge do Ivaí e do Delegado de Ourizona.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será registrado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu gostaria de me congratular com Vossa Excelência, ao anunciar a votação do veto, amanhã, detalhando a forma e o processo de votação, invocando a Constituição Federal, vigente, inclusive detalhando todo o encaminhamento do processo. A Mesa, inclusive, faz referência a uma questão de ordem por mim levantada na votação anterior, quando foi denunciado que aqui havia cédulas marcadas.

Desta maneira, a Mesa regulamenta e dá tranquilidade aos Senhores Deputados, para que possamos fazer uma votação isenta, uma votação correta, e neste aspecto apenas eu gostaria de perguntar à Mesa e ponderar que as cédulas não viessem com as duas cores, como da vez passada, uma cédula preta e outra branca. E que os envelopes fossem opacos, no sentido de que a cédula colocada dentro do envelope não pudesse ser identificada nem contra a luz, nem na forma de colocação na urna e tal.

Quer dizer, dentro desses detalhes em que a Mesa coloca o sistema me dá a segurança de que isto amanhã ocorrerá e que não teremos os problemas que aconteceram na vez passada.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência que adota procedimento já há quase trinta anos esquecido nesta Casa, registrando as questões de ordem dando o encaminhamento jurídico e adotando com jurisprudência na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço a Vossa Excelência e a Mesa informa que as cédulas a serem usadas na sessão de amanhã, serão fornecidas pela Justiça Eleitoral e vai exigir ou pedir para que se proceda à votação realmente secreta, ninguém vai verificar se a cédula

é preta ou branca.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Comunicando a presença nesta Casa do Vereador Darci Galvan, da cidade de Coronel Vivida.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para anunciar a presença neste Poder do Prefeito de Candidato de Abreu, Doutor José Malucelli França e também para solicitar desta Mesa, a nossa inscrição para o Pequeno Expediente de amanhã, quando iremos trazer algumas informações acerca do programa que vem desenvolvendo a Secretaria de Estado da Agricultura, no que diz respeito ao manejo integrado de solos e água, e isto em função principalmente de que em duas oportunidades foi levantado nesta Assembleia, inicialmente pelo Deputado da nossa bancada, Luiz Carlos Alborghetti e hoje pelo Deputado Algaci Túlio, suspeitas quanto à distribuição de óleo diesel pela Secretaria da Agricultura.

Nós iremos, na condição de coordenador do bloco agropecuário desse Poder e tendo conhecimento do Programa de manejo integrado de solos, prestar alguns esclarecimentos aos nobres colegas Parlamentares. Então, peço que nos inscreva para o Pequeno Expediente de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa só informa ao Deputado que amanhã a votação será direta, não haverá Pequeno Expediente.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, na oportunidade em que se discutia o Projeto do Deputado Antônio Annibelli, com relação à pensão do ex-Prefeito de Ourizona, está aqui ao meu lado o grande companheiro, Deputado Orlando Pessuti, do qual tenho o prazer de junto com ele, e com os demais companheiros, representar o Vale do Ivaí também. Lembrei do falecimento do Prefeito de São Pedro do Ivaí, Aluizio Alves Pereira, e entro amanhã com uma emenda para dar também aposentadoria à esposa, Dona Maria Carla Pereira, juntamente com o Deputado Orlando Pessuti, porque vimos necessidade que se faça, em ser eleito, trabalhando em benefício do Município; foi vítima de um acidente e foi chamado por Deus. Então, nós entraremos amanhã, por uma questão até de justiça.

Era esse o registro que nós queríamos fazer.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de justificar a razão do nosso requerimento retirado do Projeto nº 81/89 e do Projeto nº

91/89. O Projeto 81/89, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, solicita ao Poder Executivo Estadual uma aposentadoria de três salários mínimos e nós temos a mensagem do Projeto do Governador para a viúva do Prefeito de Piraquara, quando seria de dois salários mínimos. Então, a nossa retirada é em razão de que haja um profundo estudo para não haver um confronto da mensagem do Deputado Antônio Annibelli com a mensagem do Governador Álvaro Dias, e é do nosso conhecimento de que existe também um Projeto de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tramitando nas Comissões e que virá a esse Plenário. Então, a nossa retirada é em razão de que se faça uma avaliação de salário-mínimo, que seria dois, três, ou quatro, ou cinco, e nós não estamos contra os Projetos, nós somos favoráveis, eu acho que isso é um direito adquirido, morreu no exercício do mandato, eu acho que as viúvas deverão ser amparadas. Então, a razão porque nós retiramos, está baseada nesse desencontro que existe no piso salarial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação ao projeto; aliás, chamada nominal.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, eu consulto Vossa Excelência, se há possibilidade de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora, nós estamos na fase de verificação de votação, após o que, Vossa Excelência poderá falar sobre justificação de voto.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Perfeito, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada dos Srs. Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 30 (trinta) Senhores Deputados responderam à chamada.

A Mesa solicita as pessoas estranhas ao plenário que aguardem a votação para tornarem a falar com os Deputados.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Eu estava conversando com o nobre Colega, Deputado Pedro Tonelli, e gostaria de saber qual o requerimento que está sendo votado. O que eu estava conversando com o

Deputado Pedro Tonelli é um assunto de muito interesse, tão interessante quanto, talvez, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o requerimento apresentado pelo "Dr. Polêmico", Rafael Greca.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - E com relação a quê? Ao Paraguai? Eu voto favorável, Sr. Presidente. Então, eu fico sentado, eu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cinco contra e cinco a favor.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury), - A Mesa solicita aos Senhores Deputados que vão votar, que se assentem, tomem os seus lugares.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. 14 (quatorze) aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar. 05 (cinco). Não há quorum para votação, há para prosseguimento da sessão.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Há pouco foi feita a chamada nominal e tinha 30 (trinta) Deputados presentes.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cândido Bastos) - É que os Srs. Deputados se retiraram do Plenário.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Então, se foi feita verificação de votação, queremos chamada nominal.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Dentro do raciocínio do Deputado Nilton Barbosa, em votações anteriores, a chamada nominal, quando a oposição usou o argumento de obstrução, para efeito de quorum valeu a chamada nominal, conseqüentemente, como pela chamada nominal foi anunciada a presença de trinta Srs. Deputados, considera-se o quorum e o requerimento aprovado.

A SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela ordem) - Nós temos que considerar o número de votantes, não o número dos que responderam à chamada nominal.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - De acordo com o entendimento de Vossa Excelência em sessão anterior, valia como presentes no Plenário, todos aqueles que responderam à chamada nominal. Se trinta responderam à chamada nominal, entende-se

que trinta estão no plenário. Quatorze votos a favor do requerimento, cinco contra o requerimento e os demais se absteram de votar.

É o entendimento de Vossa Excelência adotado em sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede à questão de ordem.

O requerimento está aprovado.

Requerimento de nº 825, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)
Sr. Presidente, eu gostaria de justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está colocando em votação o requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa. Vossa Excelência quer justificar o voto no Requerimento. Requer envio de ofício ao Governo do Estado com sua discussão encerrada. Para cada requerimento há uma votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela ordem) - Eu peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal. A Mesa mantém a sua decisão, responderam à chamada...

O SR. 1º SECRETÁRIO - Solicito aos Srs. Deputados que responderam a chamada nominal que permaneçam em Plenário.
(Chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal 18 (dezoito) Srs. Deputados.

Não há quorum para votação e nem para o prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, à hora regimena, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 36/89 (veto aposto ao Projeto de Lei nº 69/89, que reajusta os vencimentos dos funcionários públicos do Estado).

Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, EM SESSÃO DO DIA 17 DE MAIO DE 1989.

"CARTA DE LONDRINA"

Diversas lideranças médicas do Paraná estiveram reunidas em Londrina nos dias 21 e 22 de abril últimos, durante o I ENCONTRO DE LIDERANÇAS MÉDICAS DO PARANÁ, numa promoção da Associação Médica do Paraná e Associação Médica de Londrina.

Após a realização de discussões em grupos de trabalho, a plenária final apoiou os seguintes pontos, que constituem a CARTA DE LONDRINA, a qual representa o pensamento destas lideranças com relação aos seguintes assuntos:

01. CREDENCIAMENTO MÉDICO

a) O credenciamento médico deve ser sempre universal, obedecidas normas de qualificação técnica e normas éticas a serem estabelecidas e fiscalizadas por organismos representativos da classe médica;

b) O cooperativismo médico tem se mostrado como um bom elemento de defesa dos interesses econômicos da classe médica, desde que observado seu comportamento ético e filosófico, não se distanciando de que o objetivo final é o médico. - Deve também estar ligado à Tabela da AMB, tendo-a como referencial do rateio das sobras;

c) A medicina mercantilista deve sempre ser combatida por princípio filosófico, pois avilta o trabalho médico, tem como finalidade básica o lucro e não a saúde. Deve-se combatê-la incisivamente, evitando seu crescimento em regiões onde não surgiu e usando sua extinção nos lugares onde exista. A AMB deve manter constantes campanhas de combate à medicina de grupo;

d) A Tabela da AMB, a exemplo do que foi feito no Estado do Paraná, deve ser reconhecida pelos Conselhos Regionais de Medicina como o mínimo não aviltante para o exercício da atividade médica, finalizando esta luta com o seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Medicina;

e) Há que se ter uma definição clara da situação do médico dentro dos hospitais, seja como profissional autônomo ou assalariado.

Como autônomo o médico deve ter seus vencimentos independentes do hospital. Deve recebê-los diretamente do paciente ou então da entidade contratante responsável pelo usuário.

02. POLÍTICA DE SAÚDE

a) Apoiar-se a iniciativa da Associação Médica Brasileira de acompanhar a elaboração da Lei Orgânica do SUS, através de comissão especial montada para tal. Apoiar-se inclusive, a atitude de repúdio tomada pelo Conselho Deliberativo da AMB contra a proposta de Lei Orgânica do SUS elaborada pelo Núcleo de Estudos de Saúde da Universidade de Brasília. Recomenda-se que a AMB participe de todas as discussões que envolverem o tema, inclusive estando presente em Brasília nos dias 09, 10 e 11 de maio próximos, quando o assunto será discutido no Congresso Nacional;

b) Apoiar-se o texto apresentado pelo relator da área da saúde para a Constituinte Estadual, Deputado Haroldo Ferreira, e que foi fruto de uma ampla negociação com toda a sociedade paranaense, inclusive com a participação efetiva da Associação Médica do Paraná;

c) Recomendar-se que se promovam simpósios sobre Municipalização da Saúde e Lei Orgânica dos Municípios, para que os médicos saibam pelo que lutar quando da elaboração das propostas para a futura Lei Orgânica dos Municípios. Isto devido ao fato que ainda não há uma visão clara a respeito de como deverão se desenvolver os trabalhos de elaboração da referida Lei por parte até das Câmaras de Vereadores. Por enquanto recomenda-se aos médicos vereadores que sigam diretrizes da Constituinte Estadual na defesa dos interesses dos médicos em suas respectivas Câmaras.

03. ASSALARIAMENTO MÉDICO

A forma de pagamento do trabalho médico que mais cresceu, nos últimos anos foi o assalariamento, sendo que sua tendência é continuar crescendo. A realidade salarial está submetida:

1) à política de arrocho salarial oficial, instituída pelos governos militares e mantida até o presente momento pelo governo atual;

2) à existência de vários patamares salariais;

3) à variadas políticas de recursos humanos;

4) à uma história de descaso da própria categoria com a luta salarial.

Esta realidade, contudo, vem passando por significativas mudanças. Com o crescimento da rede pública de atenção à saúde, principalmente municipal, e a maior importância que o salário passa a ter na economia da categoria, a questão salarial ganha maior dimensão. Frente a esta realidade aprova-se os seguintes pontos:

a) Geral: piso salarial mínimo de 03 salários mínimos do DIEESE. Para o mês de abril/89, o valor nominal do salário divulgado pelo DIEESE é de NCz\$ 1.410,00;

b) Para a Rede Pública:

- Exigência de contratação em todos os níveis do serviço público, somente através de concursos públicos, realizados com critérios de seriedade, justiça, transparência, e sem protecionismo;

- Adoção pelo serviço público, de planos de cargos e salários que definam uma política de recursos humanos que permita a profissionalização do médico;

- Para dar os passos iniciais na concretização dessas duas reivindicações é necessária a constituição, pelas entidades médicas, de grupos de trabalho permanentes. Tal grupo se encarregará de elaborar uma proposta de plano de cargos e salários, bem como da definição de normas e critérios para concurso público;

- Tais reivindicações devem ser negociadas em:

* Constituinte Estadual e Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa Estadual;

* Secretaria Estadual da Saúde e CIS;

* Associação Paranaense dos Serviços Municipais de Saúde;

* Lei Orgânica dos Municípios, Câmaras de Vereadores, CIMS;

* Prefeituras Municipais.

c) Médicos Autorizados e Credenciados: É necessário um movimento visando regularizar a situação dos médicos autorizados e credenciados junto ao INAMPS. Na fase atual, evitando cortes unilaterais do número de consultas. A médio e longo prazo, lutar pela concretização do vínculo empregatício.

d) Plantões, Hospitais e Sindicatos: Deve-se lutar pela regularização do trabalho médico em hospitais e Sindicatos. As entidades e as lideranças médicas devem trabalhar para que os hospitais regularizem a situação contratual dos médicos plantonistas. No tocante aos sindicatos, antes de mais nada, questiona-se que os mesmos mantenham ambulatorios médicos, com nítidos desvios de suas funções. Deveriam, isso sim, lutar para que o Estado se responsabilizasse em dar esta assistência de forma eficaz.

No entanto, enquanto os sindicatos estiverem cumprindo com esta função, devemos exigir que ela seja regular. Para tanto, as entidades médicas devem manter contato com as entidades representativas dos trabalhadores (Sindicatos e Federações) visando regularização das situações existentes e apresentando as nossas reivindicações.

e) Rede Privada - Medicina de Grupo: Deve-se intensificar a luta salarial dos médicos empregados no setor privado visando implantar o Piso Salarial mínimo de 03 salários mínimos do DIEESE, via convenção coletiva de trabalho, com o apoio das entidades médicas.

04. ENSINO MÉDICO

Este Encontro de Lideranças aprova uma moção de apoio à iniciativa da AMB de se preocupar com a qualidade do ensino médico do país e às decisões do Forum Nacional de Ensino Médico que será realizado em Aracaju em junho próximo, numa promoção da AMB.

05. Este I ENCONTRO DE LIDERANÇAS MEDICAS

DO PARANÁ aprova uma moção de apoio à iniciativa da Associação Médica do Paraná e Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná, de pedir a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito da Assembleia Legislativa do Paraná, para averiguar irregularidades existentes do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde no Paraná.